

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG

Demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	31
Balancos patrimoniais	36
Demonstração do resultado	38
Demonstração do resultado abrangente	39
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	40
Demonstração dos fluxos de caixa	41
Demonstração do valor adicionado	42
Notas explicativas às demonstrações financeiras	43

1 - Modelo de negócio sustentável e focado na criação de valor

Ao longo de 2024 a empresa comemorou seus 170 anos à frente da distribuição de gás no Rio de Janeiro, um marco que traduz o acerto do nosso modelo de negócio.

Somos fornecedores de um bem básico para a sociedade e temos a responsabilidade de um fornecimento contínuo, seguro, de qualidade e comprometido com o desenvolvimento sustentável. Apostamos nas energias renováveis e estamos empenhando toda a nossa *expertise* na transição energética, desenvolvendo e preparando o nosso mercado para esse novo ambiente.

Passados quase dois séculos desde sua criação, a distribuidora do Rio continua a ser uma referência no mercado energético brasileiro, transformando-se, atualizando-se e respondendo aos desafios atuais. A empresa segue demonstrando sua vocação de pioneirismo, desde a mudança para o gás natural, passando pela criação do mercado de GNV (gás natural veicular), até a atual adoção dos biocombustíveis, com o objetivo de atender novas demandas, como o mercado livre de gás e a possibilidade de distribuição do biometano.

No centro do nosso Plano Estratégico estão também os nossos compromissos com a sociedade e a governança. Nossa colaboração permanente com a sociedade se dá através de programas culturais, sociais e ambientais que promovemos ou apoiamos. Nós nos empenhamos em criar valor para a sociedade, oferecendo serviços confiáveis, respondendo às necessidades sociais, com dedicação especial às pautas ESG. A empresa tem como prioridade as práticas e políticas ambientais, sociais e de governança, inserindo-as no seu modelo de gestão de acordo com os conceitos ESG.

Queremos promover um crescimento orgânico consistente, com processos de melhoria contínua, reinventando nossa relação com os clientes, aperfeiçoando nossos processos e seguindo com nossa política de diversidade, que já nos colocou como referência em equidade de gênero no setor de energia. Apoiamos e acompanhamos iniciativas colaborativas para transformar a realidade social em favor da maior inserção da mulher no mercado de trabalho.

Estudo recente da Fundação Getúlio Vargas, com 418 empresas analisadas sobre a participação de mulheres em cargos de média e alta lideranças no Brasil, colocou a Naturgy entre os 20 maiores destaques por sua participação feminina, já que atualmente as mulheres formam 75% da nossa diretoria.

Nossa posição de liderança no mercado do gás natural e nosso esforço para a promoção da igualdade de gênero, inclusão e empoderamento feminino no ambiente empresarial têm sido reconhecidos através de prêmios e certificações que nos colocam em um lugar de destaque

entre as empresas de energia. São indicadores que ratificam a assertividade do modelo de negócio que adotamos.

Cenário Macroeconômico

O Produto Interno Bruto (PIB) voltou a crescer no terceiro trimestre de 2024 e o desempenho anual permitiu projetar um crescimento econômico próximo a 3,5%. O ano de 2024 foi marcado pela recuperação do consumo interno canalizado para o setor de serviços, puxado pela retomada do mercado de trabalho e transferências dos programas sociais.

O mercado de trabalho apresentou, em novembro de 2024, uma taxa de desemprego de 6,2%, dando continuidade à trajetória de queda apresentada nos trimestres anteriores. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o desemprego caiu de 7,6% em 2023 para 6,2% no trimestre móvel, terminado em novembro de 2024, quando o Brasil apresentava 6,8 milhões de desempregados. Vale destacar que é a menor taxa de toda série histórica da PNAD contínua, que teve o seu início em 2012.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede oficialmente a inflação, encerrou 2024 em 4,83%, conforme divulgado pelo IBGE, pressionado pelo crescimento da atividade econômica e desvalorização do real frente ao dólar ao longo do ano. O resultado anual ficou acima do limite da meta definida pelo Conselho Monetário Nacional, de 4,5% para 2024.

O Banco Central reduziu a taxa Selic durante o primeiro semestre de 2024, acompanhando o cenário de inflação e interrompendo em setembro essa tendência, quando se iniciou um ciclo de aumento de juros, encerrando o ano com a taxa de 12,25%, frente a uma Selic de 11,75% no final de 2023.

O Ibovespa fechou 2024 aos 120.283 pontos, acumulando uma queda de 10,36% no ano, o pior desempenho desde 2021, quando caiu 11,93%. Só no mês de dezembro, as perdas do índice se acumularam em 4,28%.

Já o dólar acumulou alta de 27,3% em 2024, ultrapassando, em novembro, o valor nominal de R\$ 6,00 pela primeira vez na história. Ao final de 2023, o dólar era cotado a R\$ 4,85, finalizando o ano de 2024 a R\$ 6,18.

Missão, Visão e Valores

Nossos valores transformam o mundo através da energia

Visão de futuro: inovando para um futuro melhor

Transformação do mundo por meio da inovação, proatividade e capacidade de adaptação, enfrentando os desafios e impulsionando as oportunidades da transição energética, dos novos modelos de negócios e da digitalização. Na Companhia, transformamos juntos, olhando para o futuro.

Movidos pela excelência: trabalhando com excelência

Transformação do mundo com liderança, determinação e melhoria contínua, apostando na geração de valor a partir de cada um dos negócios e mercados, e respondendo com rigor às

expectativas de todas as partes interessadas. Na Companhia, transformamos juntos, com excelência.

Orientados para as pessoas: o lado mais humano

Transformação do mundo com proximidade, transparência e confiança, reforçando seu firme compromisso com as pessoas, os funcionários, clientes, acionistas, colaboradores e a sociedade, transformando talento e paixão em impacto positivo. Na Companhia, transformamos juntos, com nosso lado mais humano.

Um só Planeta: por uma sociedade mais sustentável.

Transformação do mundo com sustentabilidade, respeito e compromisso com o meio ambiente, a sociedade e a governança corporativa, demonstrando ser uma empresa responsável, que contribui de forma relevante para o progresso, bem-estar e futuro do planeta. Na Companhia, transformamos juntos, por um mundo mais sustentável.

2 - Atividade Comercial

A área de concessão da Ceg é composta pela região metropolitana do Rio de Janeiro. A distribuição de gás é feita de três formas:

- com rede de gasodutos abastecida por gás natural recebido nos *citygates*;
- por meio do sistema estruturante de abastecimento no qual é construída uma rede interna no município, abastecida com Gás Natural Comprimido (GNC), através de uma base de descompressão de gás natural;
- por meio de sistema de abastecimento ponto a ponto, no qual a entrega do gás é feita individualmente a cada cliente.

Clientes atendidos

Um total de mais de 39 mil novas residências e 772 novos estabelecimentos comerciais começaram a receber o gás natural em 2024, passando a contar com o conforto e a segurança do gás canalizado.

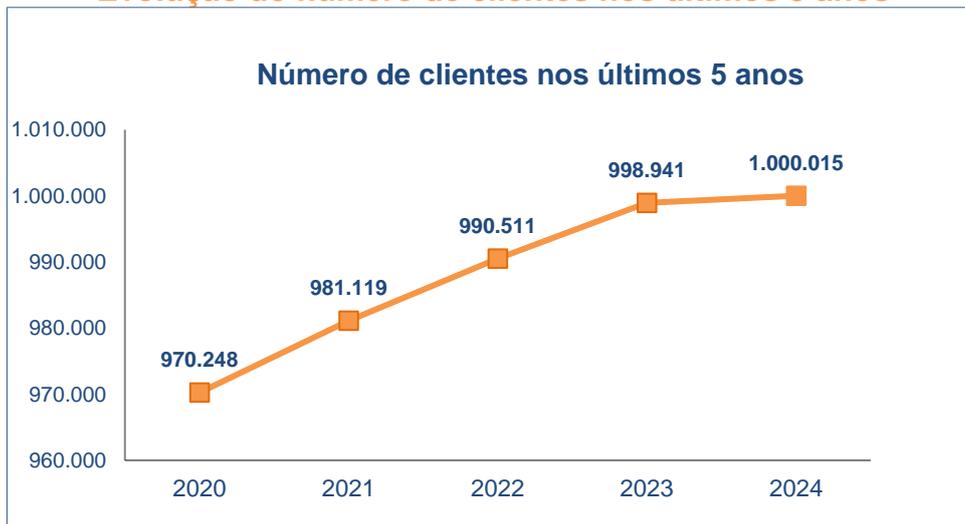
No mercado de GNV, 33 novos postos passaram a ser abastecidos. Foi o maior incremento no número de postos GNV dos últimos **16 anos**. Esse crescimento demonstra o compromisso da Companhia em ampliar o serviço de distribuição de gás, realizando investimentos que melhoram a infraestrutura da região metropolitana do Rio de Janeiro.

O incremento total foi de 1.074 novos clientes, que passaram a ser atendidos com gás natural em todos os municípios na área de concessão da Companhia. Ao final do ano de 2024, a Companhia atingiu a marca de 1 milhão de clientes.

Número de Clientes	2024	2023	Varição
Residencial	986.613	985.407	1.206
Comercial	12.593	12.750	-157
Industrial	229	232	-3

Geração Elétrica	4	4	-
GNV	576	548	28
Total	1.000.015	998.941	1.074

Evolução do número de clientes nos últimos 5 anos



Vendas de gás

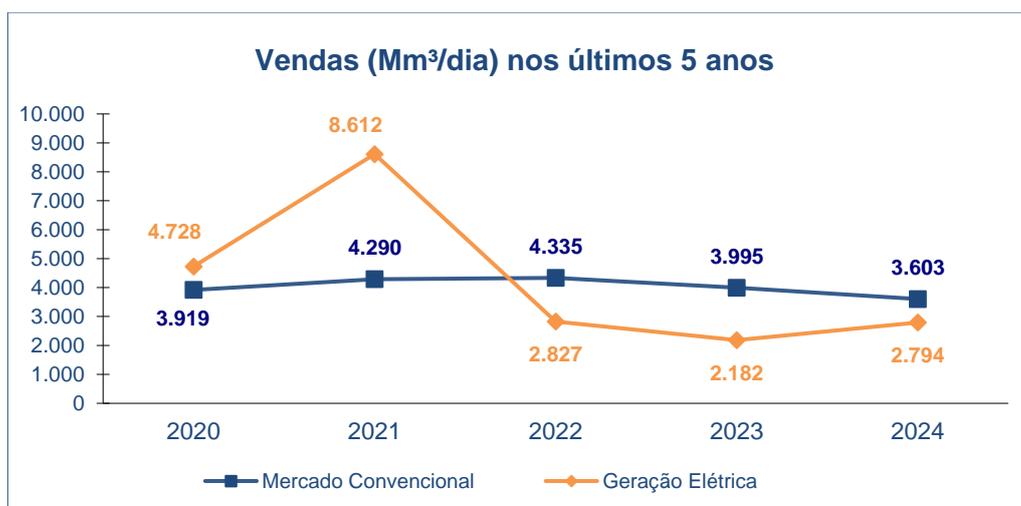
O total de vendas médias diárias totais de gás natural chegou a 6.397 mil m³/dia, apresentando um aumento de 3,6% frente a 2023, quando somaram 6.176 mil m³/dia.

Merece destaque o aumento de 28% das vendas de Geração Elétrica, em comparação com o ano anterior, devido à redução dos níveis de reservatórios das hidroelétricas do sudeste, aumentando o acionamento das termoelétricas no segundo semestre do ano. As vendas para esse mercado totalizaram 2.794 mil m³/dia.

Ainda frente a 2023, o mercado convencional apresentou redução de -9,8% das vendas.

Vendas (mil m ³ /dia)	2024	2023	Varição %
Residencial	304,4	310,2	-1,9%
Comercial	146,6	158,6	-7,6%
Industrial	1.072,6	1.106,6	-3,1%
Postos de GNV	2.079,7	2.419,1	-14,0%
Total do mercado convencional	3.603,4	3.994,5	-9,8%
Geração Elétrica	2.794,2	2.182,1	28,1%
Total	6.397,6	6.176,6	3,6%

Evolução do volume de vendas nos últimos 5 anos



Serviço a clientes

Em 2024, a Ceg buscou estar ainda mais próxima de seus clientes, ampliando e investindo na qualidade de atendimento em todos os seus canais de contato. Tudo com objetivo de oferecer um atendimento rápido, simples e de acordo com a necessidade dos diferentes perfis de cliente. Como fator-chave de sustentabilidade, a empresa atuou alinhada com os seguintes princípios de sua responsabilidade social corporativa:

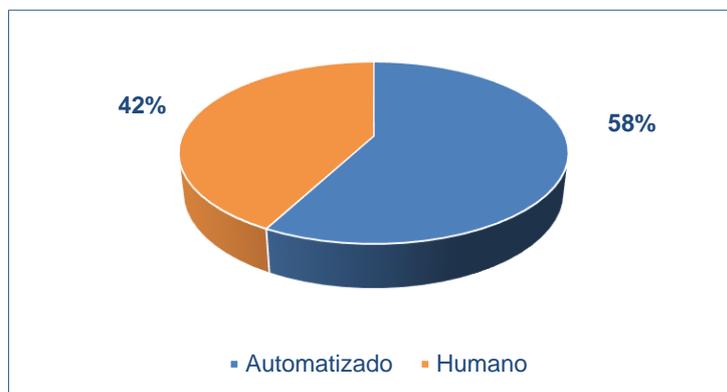
- Os clientes estão no centro do que fazemos.
- Tratamos os nossos clientes como gostaríamos de ser tratados.
- Gostamos de inovar para fazer o dia a dia mais fácil para nossos clientes.

Clientes que buscaram o atendimento

A Ceg coloca à disposição um time de atendimento pronto para ouvir e atender às diferentes demandas de seus clientes. Essa operação registrou, ao longo do ano, um total de 1,7 milhão de contatos e uma queda de 16% no volume de reclamações, na comparação com o ano anterior.

Digitalização do atendimento

Em contrapartida, a empresa investiu em tecnologia para processamento de demandas de forma automática, buscando mais agilidade e eficiência no atendimento. Pelos canais de processamento automático, que não precisaram de nenhuma intervenção humana, a empresa registrou 1,7 milhão de registros, representando 58% da demanda do atendimento.



O *Minha Naturgy*, portal de autoatendimento disponibilizado pela Web, concentrou o maior volume de atendimentos automáticos, sendo 79% dos registros relacionados à consulta de fatura e outros 21% relacionados a pedidos de gás, troca de titularidade, parcelamento, cancelamento de contrato e religação do gás.

O atendimento processado pelo *bot* no Whatsapp também apresentou melhora em sua performance, com incremento de 79% na comparação com o exercício anterior. Foram atendimentos que não precisaram de intervenção de um especialista de atendimento.

O incremento do atendimento digital também trouxe desafios. Tendo em vista o crescimento da proliferação de digitais em todo o país, a empresa emitiu alertas em todos os seus canais de atendimento, com intuito de conscientizar os clientes sobre cuidados a serem tomados ao realizar transações digitais. A empresa também reforçou seus sistemas de segurança.

Houve também um incremento na adesão do recebimento da conta por e-mail, e a empresa já tem mais de 842 mil inscritos na fatura *on-line*.

Ampliação do atendimento presencial

Atenta aos diversos perfis de clientes, sobretudo aqueles que ainda preferem o atendimento presencial, a empresa manteve suas agências próprias na Tijuca, Méier, Barra e Copacabana.

Manteve também a parceria com os Correios. Por meio dessa iniciativa, aumentou a capilaridade do atendimento, dando ao cliente o benefício de obter atendimento mais perto de sua casa. Com essa parceria, a Ceg já conta com 104 lojas credenciadas dos Correios aptas a realizar atendimento ao cliente.

Regiões atendidas

Bangu, Belford Roxo, Centro, Campo Grande, Duque de Caxias, Ilha do Governador, Itaboraí, Itaguaí, Guapimirim, Jacarepaguá, Japeri, Madureira, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Pavuna, Queimados, São João de Meriti, São Gonçalo.

Facilidade no pagamento da fatura

A Ceg manteve seus serviços voltados para o pagamento da fatura, além da possibilidade de pagamento via Pix, que apresentou incremento de 122% de clientes que optaram por essa modalidade, na comparação com o exercício anterior.

A Companhia também facilitou ainda mais o pagamento da dívida dos clientes. Eles passaram a poder negociar para pagar em até 24 vezes na conta de gás, o que pode ser feito através dos canais digitais (Minha Naturgy, Chat e WhatsApp), sem necessidade de pagamento de entrada para aqueles que fazem a primeira negociação.

Fora isso, antes de efetuar a interrupção temporária do serviço por dívida, a empresa envia mensagem informando do corte. Na visita, também oferece a possibilidade de o cliente pagar seus débitos via máquina de débito e, assim, evitar o corte. O objetivo é dar ao cliente uma última chance de evitar o corte do fornecimento. Graças a esse projeto, a empresa reduziu em até 30% o corte por dívida. Em todos os canais de atendimento, a Ceg registrou mais de 48 mil clientes que negociaram suas dívidas ao longo do ano de 2024.

A empresa também participou ativamente de uma série de mutirões promovidos pelo Procon do Estado e dos diferentes municípios do Rio de Janeiro.

Diálogo com clientes

Em 2024, a Companhia também manteve o estreitamento de sua parceria com as instituições de amparo e defesa ao consumidor e melhorou os prazos de atendimento, participando de todos os mutirões organizados pelo Procon Carioca (Municipal) e o Procon Estadual.

Por meio de uma parceria com o Procon do Estado do Rio de Janeiro, a empresa participou do “Expressinho”, iniciativa voltada para resolução de queixas dos consumidores, e realizou ainda atendimento semanal no Procon, formalizando uma série de acordos com clientes de forma satisfatória.

Experiência do cliente

Graças aos diferentes canais de escuta ao cliente e como resultado das diferentes pesquisas realizadas ao longo do ano, mais de 168 procedimentos foram revistos para tornar o atendimento cada vez mais simples, rápido e menos burocrático.

A empresa também criou dois novos serviços em seu site. Um com o passo a passo do processo de ligação de gás para residências, informando todos os itens que são verificados na primeira visita. E outro serviço em que o cliente inclui o seu número, o CPF ou ordem de serviço, e consegue consultar o nome do técnico e a empresa que irá fazer atendimento na sua casa.

Os clientes que não ficaram satisfeitos com o atendimento em primeiro nível, puderam recorrer aos canais de segunda instância. Ao longo do ano, a empresa verificou uma queda nas reclamações em primeiro e segundo níveis.

Na Ouvidoria, identificou um total de 5.010 manifestações, nas quais a Companhia buscou apurar as oportunidades de melhoria em seus processos internos e estabelecer um diálogo ágil e próximo com os clientes. A empresa conquistou a sua meta de dar uma primeira resposta no prazo de 4 horas para os clientes que buscaram esse canal. Também buscou o contato ativo com todos os clientes para completa análise de cada caso. Com isso, identificou um sensível aumento na satisfação dos consumidores junto a esse canal e encerrou o ano com nota de 9,3 de satisfação.

Por meio do site *Reclame Aqui*, foram registradas 2.814 manifestações, que foram atendidas de forma satisfatória e a Ceg fechou o ano com ótima reputação nesse canal, com os clientes declarando que retornariam a fazer negócio com a empresa e com a conquista do *Selo RA 1000*, que é o nível mais alto de reconhecimento na plataforma do *Reclame Aqui*. Esse selo é concedido quando os clientes estão satisfeitos com o atendimento em mais de 90% dos casos, entre outros critérios.

Na Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro (Agenssa) foram registradas 955 manifestações, todas respondidas dentro do prazo regulatório.

3 – Desenvolvimento Responsável

Meio Ambiente, Segurança e Saúde

A Naturgy desenvolve suas atividades com foco na satisfação do cliente, com respeito ao meio ambiente e cuidando para que não haja danos à saúde ou à segurança do trabalhador. Mantém um Sistema Integrado de Gestão de Qualidade, Meio Ambiente, Segurança e Saúde do Trabalho, em conformidade com as normas internacionais ISO 9001:2015, ISO 14001:2015, ISO 45001:2018 e Organização Saudável, respectivamente.

A Companhia pauta suas ações visando garantir a prevenção de contaminação e o emprego das melhores técnicas disponíveis de controle e minimização dos riscos ambientais. Em 2024, passou por algumas auditorias, entre elas as Auditorias Interna e Externa do Sistema Integrado de Gestão (SIG), Auditoria Ambiental Legal e Auditoria Interna de Organização Saudável, quando foram identificados vários pontos fortes e inexistência de não conformidades maiores.

A sua atuação está focada na difusão entre seus colaboradores e prestadores de serviços das temáticas de segurança, saúde, meio ambiente, dentre outras, como valores éticos e *compliance*, por meio de treinamentos e campanhas de conscientização. Além dos treinamentos, a Companhia dissemina temas de Saúde, Segurança e Meio Ambiente através de *Workshops*, Comitês de Segurança e Saúde, em nível de direção, com fornecedores

contratados, e Itinerários de Segurança, que visam atingir os trabalhadores mais operacionais.

A Naturgy criou e mantém o *Portal Energia Parceira*, que é um canal de consulta e participação para fornecedores contratados, que visa influenciar e estimular as boas práticas em matéria de Saúde, Segurança e Meio Ambiente. Além das postagens, o portal permite a criação de fóruns de discussão entre os contratados.

Com forte presença nas redes sociais, dissemina e estimula, para todos os públicos, a conscientização ambiental, por exemplo, incentivando o uso de combustíveis mais limpos, como o GNV, bem como a reciclagem de resíduos. Além das publicações, a Companhia mantém, em sua página *web*, *links* específicos para fornecedores e clientes, bem como mantém seus informes anuais e canais de participação e consulta disponíveis para acesso.

Reduzir as emissões de gases de efeito estufa é uma das principais preocupações e focos de atenção ambiental da Companhia, por isso busca tornar seus processos e suas atividades cada vez mais eficientes e com baixas emissões. Uma das ações contínuas de mitigação de emissões adotada é a renovação da sua rede de distribuição de gás, substituindo o ferro fundido por polietileno, material mais eficiente e com menor fator de emissão.

Em termos de resultado concreto, entre 2015 e 2024, conseguiu uma redução significativa de consumo de papel e de água em seus centros de trabalho, mediante a adoção de impressoras inteligentes, lavagem de veículos da frota a seco, sensores e temporizadores em torneiras, digitalização de processos e campanhas de conscientização.

Em segurança e saúde, a certificação ISO 45001 demonstra que a Companhia tem um Sistema de Gestão que permite controlar perigos e riscos de doenças das partes interessadas que possam estar expostas aos eventos de Saúde e Segurança do Trabalho - SST, além de se comprometer com a melhoria contínua e as diretrizes do *Plano Compromisso com a Segurança e a Saúde*. O Plano foca em alguns pontos de atuação que alavancam e guiam a cultura interna: liderança, empregados, empresas colaboradoras, instalações e processos.

Em 2024, a Companhia realizou eventos periódicos sobre Segurança, Saúde e Meio Ambiente com as empresas contratadas, fortalecendo mais ainda a cultura de Segurança e Saúde, e lançou a Campanha Movimento Seguro, que abrangeu ações internas e externas que impactaram positivamente as partes interessadas.

Para reforçar a cultura do SIG (Qualidade, Segurança, Saúde e Meio Ambiente) de seus fornecedores, a Naturgy repetiu, em 2024, os chamados Itinerários SIG, que levaram informações aos trabalhadores mais operacionais das contratadas, nas sedes e locais de operação, além da realização dos *workshops* com os profissionais de segurança e saúde do trabalho destas empresas, que tiveram a oportunidade de melhorar sua formação através de treinamentos com profissionais renomados do mercado, especialistas em segurança do trabalho. Os *workshops* permitiram a troca de experiências entre a Companhia e os contratados.

Comprometida com a promoção de saúde integral e segurança, a Companhia implementa diversas ações para garantir o bem-estar de seus colaboradores e a sustentabilidade organizacional. É reconhecida por certificações como Organização Saudável, que se baseia

em quatro pilares: Saúde e Segurança, Compromisso com a Comunidade, Estilo de Vida e Cultura de Bem-Estar, que promovem um equilíbrio entre a vida pessoal e profissional.

Através da área de Saúde e Bem-estar, entre as atividades que são realizadas, destacam-se programas voltados à saúde mental, como o *Zenklub*, que oferece sessões de psicoterapia *on-line*; e campanhas como “Janeiro Branco” e “Setembro Amarelo”, com a Semana de Saúde Mental, composta por cinco palestras com temas diferentes, mas todos com foco na saúde mental.

Para promover a saúde física, a Naturgy disponibiliza programas como: exames de qualidade de vida no periódico, *check-up* para executivos, massoterapia, fisioterapia e ginástica laboral. Realiza ainda campanhas anuais de vacinação contra gripe. Também apoia tratamentos essenciais, por meio de subsídios do programa de medicamentos, além de oferecer o serviço de ambulância disponível no Rio de Janeiro. Promove ações preventivas, através de comunicados recorrentes sobre saúde integral. Campanhas educativas abrangem temas como saúde bucal, combate ao tabagismo e conscientização sobre obesidade e doenças cardiovasculares.

A eficácia das ações de saúde e bem-estar é comprovada com um resultado de absenteísmo por doenças não laborais de 1,45% no ano de 2024 (considerando somente a Ceg, no Rio de Janeiro). Essas ações refletem a visão integrativa da Naturgy sobre saúde e bem-estar, consolidando um ambiente de trabalho saudável, seguro e produtivo, que beneficia colaboradores, comunidades e a sustentabilidade do negócio.

Investimentos

Fator fundamental na atividade de distribuição de gás canalizado, a realização de obras de infraestrutura é determinante tanto para a expansão das redes, com a construção de novos dutos, quanto para sua manutenção e conservação.

Em 2024, a Companhia investiu um total de R\$ 82.485 mil em expansão de infraestrutura de rede, ampliando a rede de distribuição em 30,8 km. Manteve, dessa forma, seu compromisso e responsabilidade com a segurança e qualidade dos serviços prestados, com investimentos que chegaram a R\$ 146.897 mil, destinados à Conservação e Renovação de Redes, destacando-se a renovação de 37.902 metros de rede e 5.549 ramais, frente a 33.677 metros de rede e 1.609 ramais renovados em 2023. A rede de distribuição de gás canalizado da região abastecida pela Ceg passou então a contar com um total de 5.160 km de extensão em dez/2024.

O total investido pela Companhia, em 2024, chegou a R\$ 256 mil, valor 12% inferior ao total investido em 2023.

Investimentos (R\$ Mil)	2024	2023	Variação %
Expansão	82.485	101.014	-18%
Renovação	146.897	146.791	0%
Outros Investimentos*	26.683	43.141	-38%
Total	256.065	290.948	-12%

*Tecnologia da Informação/Frota/Instalações/Outros

É importante destacar o crescimento dos investimentos no período pós-pandemia, demonstrando o compromisso da Companhia em ampliar o serviço de distribuição de gás, realizando investimentos que melhoram a infraestrutura da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Evolução dos Investimentos Operacionais nos últimos 5 anos



4 - Governança Regulatória e Jurídica

Regulação

Compromissos: Fornecedor de gás

Em 31 de outubro de 2023, foram celebrados 4 contratos de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, com redução de Quantidade Diária Contratual para 4.300.000m³/dia (01/12/2023 a 31/12/2028) e para 2.924.000 m³/dia (01/01/2029 a 31/12/2034).

Ao longo de 2024 foram celebrados os seguintes aditamentos ao contrato de suprimento:

- O Aditivo N° 1, instituiu novo preço que se aplicará nos anos de 2024 e 2025 aos contratos NMG 2023-2034, NMG 2024-2032, NMG 2024-2030 e NMG 2024-2028, sendo este de 11% do Brent para o volume que superar 60% da QDC. Como contrapartida, a Distribuidora celebrou a contratação de volume adicional de 315 mil m³/dia de 2029 até 2034 em contrapartida à implementação do novo mecanismo de preço praticado;
- O Aditivo N° 2, instituiu a redução das Quantidades Diárias Contratuais (QDC) em decorrência da migração de consumidor cativo para o mercado livre de gás natural nos volumes totais de 100 mil m³/dia em 16/06/2024 e 178 mil m³/dia em 01/10/2024, cumprindo os termos do contrato.

- O Aditivo N° 3, celebrado em 17 de dezembro de 2024, aos contratos de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, onde acordou-se um novo preço para a molécula de gás natural (10%), que será aplicado entre o consumo de 90% e 115% da QDC, no período entre 01/01/2025 até 31/12/2026.

Revisão tarifária (RTI)

4ª Revisão Tarifária

No 2º semestre de 2017, a Companhia enviou à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro - AGENERSA a proposta de revisão tarifária (4ª Revisão Quinquenal Tarifária), conforme determina a cláusula sétima do contrato de concessão firmado entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro em 21 de julho de 1997. Posteriormente, em 28/09/18 e em 19/11/18, foram enviados Relatórios Complementares da 4ª Revisão Quinquenal de Tarifas, visando adequar ao cenário mais atual e ainda atender à solicitação do Poder Concedente.

Em 10 de março de 2021, a Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – AGENERSA realizou sessão regulatória pública, de forma on-line, para julgamento do processo referente à 4ª revisão quinquenal tarifária (quinquênio 2018-2022). Em 24/03/21 foi publicada a Deliberação AGENERSA nº 4.198/2021 com os resultados da 4ª Revisão Quinquenal de Tarifas da CEG. A referida Deliberação imputou à Companhia uma redução de 13,5% em sua margem tarifária com vigência a partir de 01 de abril de 2021. Posteriormente, em 29/03/21, a AGENERSA publicou a suspensão dos efeitos e prazos da referida Deliberação. Em 14/06/21, a AGENERSA publicou sua decisão por manter os efeitos suspensos da referida Deliberação, reestabelecendo os prazos processuais, permitindo a interposição dos Embargos Declaratórios.

Em 12/04/22 foi publicada a Deliberação AGENERSA nº 4.407, a qual nega provimento aos Embargos de Declaração interpostos pela Concessionária, tendo a Concessionária interposto Recurso Administrativo em 25/04/2022. O referido recurso encontra-se pendente de julgamento e os efeitos da Deliberação AGENERSA nº 4.198/2021 foram suspensos. Tendo em vista a ação judicial anulatória n.º 0290848-46.2020.8.19.0001 que havia sido interposta pela Concessionária, em 2020, contra a AGENERSA, que visava anular Deliberações da Agência que davam interpretações equivocadas ao Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão e, ainda, que a aplicação do Terceiro Termo Aditivo tinha impactos diretos na definição da 4ª revisão tarifária, as Concessionárias deram início a uma proposta de mediação do tema junto a AGENERSA e a Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro.

Como resultado do processo de mediação, que durou mais de 01 (um) ano, as partes chegaram a um acordo equilibrado, com concessões mútuas e recíprocas, onde se definiu a aplicação do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, inclusive, com a definição de que a outorga paga será considerada como ativo indenizável, cuja metodologia de pagamento será definida até o último ano da 5ª revisão tarifária.

Como consequência, em 14.11.2024, a AGENERSA julgou o recurso administrativo interposto pela Concessionária, encerrando a 4ª revisão tarifária sem alteração tarifária, tendo em vista que o ciclo se encerrou em 2022 e remetendo o saldo apurado na Deliberação

da AGENERSA, de 297 milhões (moeda dez/21), para consideração no fluxo econômico-financeiro da 5ª revisão tarifária.

Em 13.12.2024 o acordo foi assinado pela Concessionária e pelo Poder Concedente, tendo sido homologado na ação anulatória supracitada em 09.01.2025.

5ª Revisão Tarifária

Em 30/09/2022, como parte do processo de 5ª Revisão Quinquenal de Tarifas (2023-2027), e em conformidade com o Ofício AGENERSA/SCEXEC SEI Nº698/2022, a Concessionária entregou a Proposta de Taxa de Remuneração de Capital, bem como a Base Inicial de Remuneração de Ativos.

Em 27/09/2022, através do Ofício AGENERSA/SCEXEC Nº1002, fica estabelecido que a entrega do Plano de Negócios de 5ª Revisão Quinquenal de Tarifas (2023-2027), pela Concessionária, deverá ser realizado após Deliberação do Regulador sobre Taxa de Remuneração.

Gestão jurídica

A atuação da Companhia em 2024 manteve o foco na celebração de acordos judiciais, especialmente nos Juizados Especiais Cíveis, obtendo uma redução de custos de aproximadamente R\$ 3,2 milhões, tendo por parâmetro os valores das causas nos 263 processos em que se concluíram os acordos. Importante destacar o aumento em 16% no número de acordos celebrados, em relação ao ano anterior.

Merece destaque o êxito na celebração de acordos (judiciais e extrajudiciais) visando à recuperação de dívidas, valores associados à reparação/recuperação de créditos em atraso pelos clientes inadimplentes e casos de recuperação judicial, nos quais o montante recuperado chegou a mais de R\$ 2,0 milhões, nos segmentos residencial e de pequenos comércios.

A Área de Compliance realiza, desde 2019, a gestão e o monitoramento do Canal de Denúncias, possibilitando o registro e tratamento de denúncias relacionadas às violações ao Código de Ética, à Política Anticorrupção, à Política de Compliance e à Política de Conflito de Interesses da Companhia, de forma autônoma, garantindo a confidencialidade e o anonimato dos denunciantes.

Em pesquisa interna realizada com os colaboradores em 2023, os dados indicam que o Canal do Código de Ética mostra-se eficaz e confiável, principalmente em função da utilização de uma ferramenta que garante o anonimato dos denunciantes. Não se pode deixar de mencionar que a expressiva adesão dos denunciantes na utilização do canal, ao todo, com 24 denúncias no canal, só comprova a confiabilidade dos colaboradores no anonimado e resolução do canal. Foram feitos treinamentos on-line e presenciais, relativos ao Programa de Compliance, ao Código de Ética e demais políticas da Companhia, que compõem o programa de integridade, com a realização de 11 treinamentos e 3 palestras no ano de 2024, acerca de temas de compliance. A Companhia também realizou comunicações internas e externas sobre o Programa de Privacidade e Segurança da Informação, além dos treinamentos, por meio de lives, cursos on-line e palestras presenciais - tanto para

colaboradores como para fornecedores - em atendimento à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Desde 2016, a Companhia tem orientações específicas quanto à proteção de dados pessoais, principalmente no tocante aos seus parceiros e fornecedores. Desde 2018, já vem diagnosticando e implementando medidas de adequação à LGPD, como a divulgação da Política Global de Proteção de Dados Pessoais e a Governança em Privacidade. A empresa encontra-se aderente à LGPD e com seu Programa de Privacidade em total funcionamento. Em atenção às suas políticas, todos os fornecedores foram contatados para reafirmarem seus compromissos com o Programa de Compliance e de Privacidade, além do sigilo e da confidencialidade das informações quanto aos dados pessoais tratados.

Em conjunto com a Polícia Civil (DDSD - Delegacia de Defesa dos Serviços Delegados), a ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustível) e o Procon (Programa de Proteção e Defesa do Consumidor – RJ), a Companhia fez operações com o objetivo de garantir a segurança, combater o furto de gás, corrigindo irregularidades e implementando atividades de caráter pedagógico e preventivo, visando evitar novos desvios. Em 2024, foram identificadas e desfeitas dezenas de irregularidades durante as 3 operações em conjunto com a Delegacia de Defesa dos Serviços Delegados.

Em 30 de dezembro de 2021, a AGENERSA submeteu a julgamento o processo SEI 220007/003632/2021 e proferiu deliberações impedindo o reajuste de tarifas de gás natural e GLP a partir de janeiro/2022. Tais deliberações foram objeto de mandado de segurança, no qual foi proferida decisão liminar autorizando o reajuste das tarifas pelo IPCA e, com relação às térmicas, pelo IGPM. Em setembro/23 foi proferida sentença concedendo parcialmente a segurança, para determinar que a AGENERSA se abstenha de impor óbice à aplicação do reajuste anual previsto no contrato de concessão, devendo fazê-lo observando o IPCA. A Naturgy interpôs recurso de apelação em face da sentença, abrangendo a recomposição inflacionária e requerendo que seja respeitado o IGPM previsto no contrato de concessão. O recurso foi provido para manter a previsão do pacto concessivo e determinar que seja observado o IGPM em detrimento do IPCA.

Após julgamento, no início de 2021, do processo da 4ª Revisão Quinquenal Tarifária (ciclo 2018-2022), a Companhia interpôs Embargos de Declaração e Recurso. Em novembro/2024, finalmente o processo foi submetido a julgamento, mediante julgamento pela AGENERSA, com a posterior assinatura de acordo entre a Cia e o Poder Concedente. O acordo envolveu concessões mútuas e recíprocas entre as partes, traduzindo-se em um acordo equilibrado, com a renúncia de direitos importantes pela CEG e que possibilitou equacionar as divergências em torno do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão.

Dentre os resultados decorrentes do acordo realizado no âmbito da 4ª Revisão Quinquenal Tarifária, está o encerramento da ação judicial de cobrança proposta pelo Estado do Rio de Janeiro (ERJ) em face da Companhia que envolveu cerca de R\$ 40 milhões, referentes: (i) à atualização de valores de duas parcelas previstas no 3º Termo Aditivo do Contrato de Concessão; (ii) aos créditos compensados no pagamento da terceira parcela prevista no Aditivo, pela Companhia, em face do ERJ (pelo fornecimento não pago de gás para diversos órgãos públicos estaduais); e (iii) o custo financeiro pela antecipação do pagamento da terceira parcela do referido Aditivo. O pedido de desistência foi protocolado em dezembro/2024 e aguarda homologação judicial.

No que se refere ao tema do mercado livre de gás, é importante mencionar que os debates seguem em curso perante a AGENERSA. Em abril/2024 a AGENERSA, num marco importante para o tema, homologou minuta de Contrato de Uso de Sistema de Distribuição – CUSD, para o seguimento Industrial, em processo que contou com a participação de diversos players do setor. Com relação ao Contrato de Uso de Sistema de Distribuição – CUSD Para o seguimento termoeletrico, em agosto/2024 foi instituída Consulta Pública para recebimento de contribuições que possam subsidiar a AGENERSA na elaboração e homologação da minuta para o seguimento.

No âmbito da ALERJ, foi instaurada a CPI dos Serviços Delegados, com o objetivo de investigar a ocorrência de irregularidades nos serviços públicos. A CEG, na qualidade de Concessionária de Serviços Públicos, compareceu à sede da ALERJ e prestou todos os esclarecimentos solicitados. Atualmente a CPI está suspensa, com retorno previsto no ano de 2025.

Importante destacar, também, que em Julho de 2024 a Naturgy protocolou, junto à AGENERSA, o pedido de renovação da concessão.

Em setembro de 2005, a Companhia tomou ciência da decisão emitida pela Delegacia da Receita Federal de Administração Tributária do Rio de Janeiro - DERAT, que tornou sem efeito o reconhecimento do direito creditório das contribuições do PIS e da COFINS pagas em duplicidade em anos anteriores no valor nominal de R\$ 83.459. Por tal motivo, a Companhia ingressou com ação anulatória de n.º 0025299-63.2007.4.02.5101, no TRF 2, visando desconstituir a decisão da União Federal que anulou o parecer decisório que permitia a compensação dos montantes de PIS e COFINS. O valor atualizado da causa, incluindo multas, atualização monetária (Selic) e compensação em duplicidade é de R\$ 525.332, em 31 de dezembro de 2024. A sentença de 1ª instância condenou a Companhia a devolver o montante principal atualizado, excluindo a incidência de juros e da compensação em duplicidade, sentença esta que foi objeto de recursos de apelação tanto por parte da CEG quanto por parte da União Federal. As referidas apelações foram pautadas para julgamento em 05.10.2022 pelo TRF2, o que ocorreu parcialmente em função de pedido de vistas de uma desembargadora, contudo, o desembargador relator proferiu seu voto mantendo a sentença de 1ª instância e expressamente inserindo em seu voto a atualização monetária. As apelações foram reincluídas na sessão de julgamento ocorrida no dia 06.12.2023, tendo a 4ª Turma Especializada, por unanimidade, negado provimento a ambos os recursos (interpostos pela CEG e pela União Federal), sendo mantida na íntegra a sentença de parcial procedência proferida em 1ª instância. Tanto a Companhia, quanto à União Federal interpuseram novos recursos em face do acórdão prolatado, os quais encontram-se pendentes de julgamento. Considerando o andamento processual e contexto atuais, a classificação de risco de perda da causa permanece como provável cujo saldo da provisão em 31 de dezembro de 2024 perfaz o montante de R\$ 407.656, sendo R\$ 104.821 de principal e R\$ 302.835 de encargos e atualização monetária (R\$ 394.682, sendo R\$ 104.821 de principal e R\$ 289.861 de encargos, em 31 de dezembro de 2023).

5 - Resultado financeiro

Sumário Financeiro

O Ebitda e o Lucro Líquido de 2024 tiveram uma redução de -11,5% e -11,8%, respectivamente, frente a 2023, destacando a aplicação do IGPM negativo de 3,46% sobre as margens de gás no ano de 2024, conforme previsto no contrato de concessão, além do impacto das menores vendas no mercado convencional, compensadas em parte pelo maior volume de geração elétrica.

Conta de Resultados (R\$ mil)	2024	2023	Varição (R\$)	Varição (%)
Receita líquida das vendas e serviços	5.162.070	5.602.206	(440.136)	-7,9%
Lucro bruto	1.418.757	1.596.557	(177.800)	-11,1%
Lajida (Ebitda)	1.055.423	1.186.728	(131.305)	-11,1%
Lucro operacional	900.841	1.037.352	(136.511)	-13,2%
Lucro líquido do exercício	526.755	596.943	(70.188)	-11,8%
Margem bruta (%)	27,48%	28,50%		

LAJIDA (R\$ mil)	2024	2023	Varição (R\$)	Varição (%)
Lajida	1.055.423	1.186.728	(131.305)	-11,1%
Resultado financeiro	139.180	161.667	(22.487)	-13,9%
Tributos sobre o lucro (IR/CSLL)	234.906	278.742	(43.836)	-15,7%
Depreciação e amortização	154.582	149.376	5.206	3,5%
Lucro líquido do exercício	526.755	596.943	(70.188)	-11,8%

A informação relativa ao Ebitda/Lajida está de acordo com a forma de cálculo determinada pela Instrução Normativa n.º 527/2012 CVM.

Financiamentos

A estrutura de financiamentos necessários à realização dos investimentos e cumprimento das obrigações da Companhia foi mantida ao longo de 2024.

O endividamento da Companhia, com base na dívida líquida, que era de 34% em 2023, passou para 32% em 2024, com a manutenção da liquidez de caixa e da dívida bruta, permanecendo em linha com o ano anterior.

Remuneração aos acionistas

Em 16 de dezembro de 2024, foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas (AGE), o pagamento de Juros sobre Capital Próprio, no montante máximo de R\$ 85.525.996,49 (oitenta e cinco milhões, quinhentos e vinte e cinco mil, novecentos e noventa e seis reais e quarenta e nove centavos) (0,32942060 por ação) o que representará, após impostos, juros líquidos no valor de R\$ 73.838.638,42 (setenta e três milhões, oitocentos e trinta e oito mil, seiscentos e trinta e oito reais e quarenta e dois centavos), cujo o pagamento será efetuado, em parcela única, em 30 de julho de 2025, a todos os acionistas titulares das ações da Companhia na data de sua aprovação pela AGE.

O dividendo mínimo obrigatório, no valor de R\$ 57.850.092,80, foi registrado de forma a atender ao disposto no Estatuto da Companhia, que estabelece uma distribuição mínima de 25% do lucro líquido do exercício, após as deduções previstas em lei.

O saldo remanescente, no valor de R\$ 383.378.835,57, permaneceu no patrimônio líquido da Companhia e terá a destinação deliberada pela Assembleia Geral de Acionistas, a ser realizada no mês de abril de 2025.

6 - Responsabilidade Social Corporativa

Principais indicadores CEG	2024	2023
Quadro de Pessoal/Número de funcionários	291	295
Homens/Mulheres (%)	58/42	59/41
Total de diretivos*	32	34
Mulheres em postos diretivos	15	15
Gastos de Pessoal (milhões R\$)	102	109
Horas de treinamento por empregado	45	33
Investimento em formação anual (mil R\$)	816	805

Diretivos = diretores e gerentes

Somos orientados para as pessoas

Em 2024, a Naturgy potencializou o desenvolvimento da liderança, a consolidação da cultura organizacional e o fortalecimento do engajamento dos colaboradores, promovendo um ambiente de trabalho positivo e produtivo.

Reforçou a experiência do colaborador e promoveu ações de saúde e bem-estar, investindo na integração, troca de ideias, reconhecimento, fortalecimento da comunicação, flexibilidade, terapia e promoção da transversalidade. Consolidou, assim, um ambiente que valoriza a colaboração, impulsiona o equilíbrio com a conciliação entre vida pessoal e profissional, apoiando o desenvolvimento profissional, a cultura da diversidade e inclusão, gerando a retenção de talentos e fortalecendo o clima organizacional.

Destacamos algumas das ações realizadas:

- **Universidade Corporativa:** é uma das principais alavancas de transformação, servindo tanto às pessoas quanto ao negócio, contribuindo para a criação de valor e a consecução dos objetivos da organização. A Universidade oferece treinamentos nos Institutos Técnico e de Liderança, disponíveis em formatos presencial, híbrido ou *on-line*, além de participação

em seminários externos, cursos de idiomas, bolsas de estudo e apoio à formação de empresas parceiras através da Universidade Estendida.

- **Escola da Felicidade:** em 2024, lançamos a Escola da Felicidade, um espaço formal dedicado a programas, tendências, ferramentas e melhores práticas para capacitar os profissionais da empresa em *soft skills*. A Escola da Felicidade disponibiliza cerca de 50 programas de formação, focados em temas como autoconfiança, motivação e engajamento.

- **EmpowerLead e InspiringLead:** formação dedicada ao desenvolvimento das médias lideranças e gerenciais. Com foco no autoconhecimento e empoderamento, fortalecendo a formação de líderes que desenvolvem talentos, promovem um ambiente de trabalho positivo e administram conflitos de maneira eficaz. Isso resulta em equipes mais engajadas, produtivas e satisfeitas, o que, por sua vez, contribui para a retenção de talentos e o fortalecimento da cultura organizacional.

- **Avaliação de Competências:** em 2024, foi fechada a avaliação 270º para a média liderança. As competências avaliadas são as do nosso modelo de liderança e o objetivo é o desenvolvimento profissional e pessoal através da prática do *feedback* e da elaboração de planos de desenvolvimento individuais. O nosso Modelo de Liderança tem como pilares as PESSOAS, as RELAÇÕES e os RESULTADOS e foi desenhado para dar uma resposta ágil aos novos desafios e exigências, ganhando competitividade e produtividade. Esse modelo é a base que norteia nossas ações de desenvolvimento e formação. Foram avaliadas 62 pessoas (100% do público-alvo).

- **Desenvolvimento Profissional e Talentos:** a Companhia seguiu com projetos importantes que promovem a mobilidade interna, disponibilização da consultoria de carreira ao longo de todo o ano, realização dos programas de *mentoring* e *coaching*. Além disso, foi mantido um mapa de sucessão atualizado, identificando talentos, e realizadas entrevistas de retenção de talentos para apoiar e garantir o desenvolvimento contínuo e a satisfação dos colaboradores.

- **Programa Carreira em Foco:** foram 7 dias de programação com palestras e roda de conversas com os colaboradores, com foco em desenvolvimento e carreira. As temáticas envolveram: Marca Pessoal, Protagonismo, Inteligência Artificial, Diversidade e Inclusão, Mesa Redonda com a alta direção, contando o que mudou com a reestruturação; e Café com Pessoas, respondendo às dúvidas dos colaboradores sobre as trilhas de Carreira. As atividades contaram com uma média de 140 colaboradores e satisfação de 9,4.

- **Organização:** no segundo semestre de 2024, foi realizada a reestruturação de postos e áreas, a fim de garantir o alinhamento da força de trabalho às necessidades da empresa e de mercado, visando o cumprimento dos objetivos estratégicos e de negócio do Grupo.

- **Plano de Cargos e Carreiras:** lançamento do site de Cargos e Carreiras, um repositório onde os colaboradores podem acessar e pesquisar sobre todas as possíveis carreiras no Grupo Naturgy no Brasil, com principais atividades, competências técnicas e comportamentais, além do lançamento da Política de Cargos e Carreiras, tornando ainda mais transparente todas as possibilidades de movimentações, reajustes e promoções na empresa.

- **Remuneração:** foram realizados estudos salariais de 100% dos postos de trabalho e 41% do público foi impactado com reajustes por desempenho, gerando mais satisfação,

reconhecimento e retenção dos colaboradores. Além disso, em 2024, o grupo Naturgy promoveu 7,5% de sua força de trabalho, fortalecendo o compromisso em desenvolver e gerar oportunidades internas.

- **Programa de Idiomas:** novo programa de idiomas que contempla 100% dos colaboradores da Naturgy Brasil. A nova plataforma conta com mais de 15 idiomas, conteúdos disponíveis para estudo e aulas em grupo, sendo 100% *on-line*.

- **Diversidade e Inclusão:** a Companhia promove uma cultura inclusiva, orientando a maneira de trabalhar e alcançar os objetivos, tendo como base o interesse pelas pessoas. A diversidade é uma alavanca cultural, incentivando um ambiente de respeito às diferenças, de escuta e diálogo permanente. Em 2024, demos continuidade às ações de Diversidade e Inclusão, compartilhando conteúdos e atividades relevantes que dizem respeito a todos nós como indivíduos, sociedade e Companhia. Fomentamos a contratação e desenvolvimento de talentos jovens para reforçar a diversidade geracional, através do programa *Flex&Lead*. Hoje, 77% do quadro de funcionários está acima dos 40 anos de idade. O programa tem como objetivo formar jovens em nosso seguimento e promover a gestão do conhecimento.

- **Transversalidade:** através do projeto “Fique por Dentro”, foram realizadas apresentações das áreas para os colaboradores, com o intuito de ampliar o conhecimento sobre suas atividades, projetos e desafios, promovendo integração, transversalidade, gerando visão global, assim como o conhecimento do impacto de cada atividade nos resultados da Companhia e o reconhecimento das contribuições individuais.

- **Café com a Direção:** foram realizados cafés da manhã com diretores da empresa, reiterando o compromisso com uma comunicação próxima e transparente, promovendo um espaço de diálogo aberto entre colaboradores e a liderança.

- **Saúde e bem-estar:** foram promovidas ações de suporte à saúde física e emocional, tais como: a consolidação da plataforma de apoio psicológico disponível para os colaboradores e seus familiares, campanha de vacinação contra a gripe, sessões de fisioterapia, reflexologia, *shiatsu*, ginástica laboral, incentivo à realização de atividades físicas através do benefício *wellhub*, também disponível aos familiares; assim como a realização de palestras em diversos temas de saúde integral e divulgação de e-mails informativos através da comunicação interna.

- **Flexibilidade:** a Naturgy seguiu com a jornada híbrida, com a política de horários flexíveis e com a compensação de horas, com as saídas antecipadas às sextas-feiras e ponte nos feriados adotados, visando a conciliação da vida pessoal e profissional do colaborador.

- **Benefícios:** foram ampliados os benefícios como o incentivo ao exercício físico e apoio psicológico extensivos aos familiares, “apoio pass” para consultoria de apoio social, financeiro e jurídico, auxílio medicamentos e melhorias no plano de saúde e odontológico.

Para medir a experiência dos empregados, seguimos utilizando a ferramenta de medição da satisfação, do compromisso e do engajamento de nossos colaboradores. Além da ferramenta também proporcionar uma forma simples de reconhecimento entre todos, estimula a geração de ideias e incentivo a uma comunicação através de sugestões, contribuindo assim para a evolução da cultura de *feedback*, medição constante e melhoria contínua da experiência do empregado.

A Naturgy fechou o ano com 70 pontos de avaliação de felicidade (*HappinessIndex*), com 27 pontos em *Net Promoter Score eNPS*, votação média de 7,9 e 44% de promotores, o que representa confiança e segurança dos funcionários no *feedback* com a empresa.

Relacionamento com a sociedade

A Naturgy é uma empresa consciente do seu compromisso com a sociedade, e seu engajamento em temas importantes para as populações das áreas onde atua vai muito além da distribuição de gás de forma segura e eficiente. A empresa ajuda na melhoria da qualidade de vida das pessoas, apoiando e desenvolvendo ações para a manutenção limpa e saudável dos municípios onde está presente e entregando à sociedade um apoio efetivo a projetos sociais, educacionais e de suporte ao desenvolvimento de jovens e minorias mais necessitadas.

Em 2024, seguiu apoiando projetos e ações relevantes para o estado e para a cidade do Rio de Janeiro, entre os quais destacam-se:

Energia do Sabor

Fruto de uma parceria da Naturgy com a Universidade Unilasalle, de Niterói, o projeto Energia do Sabor teve continuidade em 2024 com mais uma turma de 20 alunos. Todos eles são jovens de baixa renda, moradores do entorno da universidade, que estarão formados em abril de 2025 no curso de cozinheiro internacional. Com a conclusão do curso, eles poderão se projetar no mercado da gastronomia e garantir vagas de trabalho. Para isso, estão recebendo do projeto da Naturgy uma carga horária de mais de 210 horas.

Este projeto da Naturgy tem um retrospecto extremamente produtivo. Existe há 13 anos e já formou mais de 200 jovens, entre 17 e 25 anos, em situação de vulnerabilidade, nos cursos de Cozinheiro Internacional, Panificação, Confeitaria e Auxiliar de Cozinha. O retorno de empregabilidade é de praticamente 100%. Os alunos são absorvidos facilmente pelo mercado de trabalho, pois os próprios restaurantes já procuram a Unilasalle para captação de talentos. O projeto Energia do Sabor faz parte do Dia Solidário, programa social do grupo Naturgy, que consiste na doação de um dia de salário do funcionário voluntário, durante um ano. A empresa dobra todo o montante arrecadado e elege um país para receber essa verba e aplicar em projetos sociais.

Curso profissionalizante de audiovisual

Patrocinado pela Naturgy, em parceria com a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC), teve início, em 2019, o projeto que oferece cursos técnicos de formação em Audiovisual e Informática para jovens carentes das comunidades próximas à universidade.

Em fevereiro de 2024, teve início a quarta turma do ano do curso de Audiovisual e, em dezembro, 19 alunos se formaram. O projeto é voltado para jovens de 14 a 18 anos que estejam cursando o ensino médio em escola pública do entorno da universidade.

Como o Rio de Janeiro é a capital audiovisual do Brasil, com mais de 250 empresas de produção, a Naturgy acredita no potencial do mercado de trabalho para esses jovens. O

curso permite que mais de 100 jovens de baixa renda sejam formados em fotografia, edição e confecção de imagens e mostra a importância do incentivo de empresas privadas à arte e à educação como ferramentas de transformação social.

Energia para Crescer

O projeto Energia para Crescer começou em 2010 e já passou por 262 instituições de ensino, foi assistido por 85 mil alunos, num total de 607 apresentações, que aconteceram em 23 municípios do Estado do Rio. Com patrocínio da Naturgy desde 2012, o projeto busca dar aos jovens consciência crítica sobre o uso dos recursos ambientais e das fontes de energia. O objetivo da Naturgy é colaborar para a construção de uma geração futura mais atuante e multiplicadora de boas práticas ambientais.

Em 2024, o projeto teve 18 apresentações para 2.604 alunos e 233 educadores de escolas públicas e privadas, e Vilas Olímpicas Municipais. Os estudantes e professores ficam encantados com a didática do projeto, que apresenta uma peça teatral sobre dois adolescentes que vão parar no tempo dos Dinossauros. Logo após a peça, há uma videoaula e um bate-papo virtual dos atores com os alunos sobre questões ambientais e sobre o uso seguro do gás natural.

Festival Rio Gastronomia

O 14º Rio Gastronomia, maior festival gastronômico do país, que conta com patrocínio master da Naturgy desde a sua primeira edição, aconteceu em agosto de 2024. Durante três semanas, de quinta a domingo, no Jockey Club Brasileiro, o festival reuniu restaurantes premiados e queridos entre os cariocas, aulas e *talks* com grandes chefes e exposição de produtores regionais do Estado do Rio, além de shows musicais.

Com esse patrocínio, a Naturgy reafirma sua parceria com a cidade do Rio de Janeiro e, em 2024, reforçou esse apoio estando presente no túnel de acesso ao festival onde celebrou, com painéis e muitas fotos, os 170 anos de sua atuação.

Atualmente, o Rio Gastronomia é uma referência no calendário da cidade e seu sucesso mostra a importância do apoio das empresas para o desenvolvimento de projetos que dão visibilidade à cidade e ao estado.

Festival Gastronomia do Mar

A região metropolitana do Rio de Janeiro é o maior centro produtor, distribuidor e de consumo de pescado do estado e oferece grande quantidade e diversidade de produtos para a cadeia da gastronomia. Com o objetivo de estimular essa cadeia de produção, a Naturgy patrocinou, juntamente com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, o Festival Gastronomia do Mar, que aconteceu de 23/11 a 07/12, na Praça Mauá, Jardim Icaraí e Mercado São José.

Com curadoria da *chef* Flavia Quaresma, o evento teve um estande montado ao ar livre na Praça Mauá, com iguarias do mar, além de decoração, artesanato e oficina infantil, de frente para a Baía de Guanabara. Uma das principais atrações foi o Palco Gourmet, uma cozinha cenográfica onde *chefs* renomados deram aulas de receitas de pescado para o público. O festival também aconteceu em Niterói, no Polo Gastronômico do Jardim Icaraí, e no Mercado São Pedro. As aulas aconteceram no Palco Naturgy. O evento teve como objetivo movimentar toda a cadeia econômica e produtiva, da rede de pesca ao prato.

Apoio e participação em eventos

Setor de energia e sustentabilidade:

Rio, Oil & Gas; Fórum Biogás; Circuito Biogás nos estados; XII Lean Six Sigma Congress (ACRJ); Conferência Ethos 2024 – edição RJ; Fórum Global de Inovação e Tecnologia em Sustentabilidade (FITS); Fórum Esfera; Seminário de GNV – Sindirepa.

Focados em mulheres que trabalham com energia:

Pacto pela Equidade de Gênero na Energia; Meeting of Women Energy Leaders; 3º Congresso Mulheres da Energia.

Prêmios, certificações e destaques

Em 2024, a Naturgy conquistou certificações e premiações externas em áreas-chave, como Recursos Humanos, Comunicação e Serviço ao Cliente, reforçando a visibilidade de suas ações práticas em gestão de pessoas, compromisso com a diversidade, responsabilidade social e excelência no atendimento. As certificações em recursos humanos validam os esforços da empresa em criar um ambiente de trabalho saudável e produtivo, enquanto os reconhecimentos nas demais áreas destacam a qualidade da comunicação interna, a experiência do cliente e o relacionamento transparente com os *stakeholders*. Esses prêmios não apenas reforçam a reputação institucional e a marca, mas também evidenciam o compromisso contínuo da Naturgy com a inovação, a excelência e o desenvolvimento sustentável de suas práticas empresariais.

Prêmio Ouro e Bronze da Associação Brasileira de Telesserviço (ABT)

Os cases “Naturgy: há 25 anos conectando pessoas” e “Naturgy: Equidade e responsabilidade social na prática” receberam os troféus Ouro e Bronze, respectivamente, do Prêmio ABT. Esta é a maior premiação em relacionamento com o cliente no Brasil e tem como propósito reconhecer e divulgar as melhores práticas das organizações, transformando os vencedores em referência para o mercado. Esses prêmios demonstram a consistência das ações da Naturgy, tanto em diversidade e inclusão, quanto em resultados alcançados na campanha de comunicação junto aos colaboradores nos 25 anos da empresa no Brasil.

O case premiado com Ouro na categoria Campanha de Comunicação foi desenvolvido pela área em 2023, para ampliar o engajamento dos colaboradores e aumentar sua percepção de valor quanto aos projetos que a empresa vem desenvolvendo ao longo dos 25 anos de atuação no Brasil. O segundo case abordou o plano de diversidade da Naturgy, que materializa o compromisso de promover uma cultura inclusiva, a visão do interesse pelas pessoas e os resultados atingidos.

Prêmio Aberje Regional - categoria Diversidade e Inclusão

A Naturgy ganhou o prêmio regional da Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje) na categoria Diversidade e Inclusão, com o case “Empoderamento em Ação: Promovendo Equidade Feminina Através da Responsabilidade Social”. O projeto destacou as ações da empresa voltadas para a promoção da inclusão e da equidade de gênero em seu ambiente de trabalho e na sociedade.

Diante da persistente desigualdade de gênero em diversos setores, a Naturgy implementou políticas para fortalecer a diversidade, com ênfase no aumento da participação feminina em áreas tradicionalmente dominadas por homens. Uma das iniciativas de maior impacto foi a reserva de 50% das vagas em seus programas de capacitação para mulheres. Essa medida tem contribuído para qualificar essas profissionais, ampliando sua representatividade e garantindo mais oportunidades em setores técnicos e estratégicos da empresa.

Prêmio Ser Humano - Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH)

Em novembro, a Naturgy participou do prêmio Ser Humano, iniciativa da ABRH para valorizar as melhores iniciativas em gestão de pessoas dentro e fora das organizações, assim como de estímulos ao pensamento criativo e de novos talentos.

A *Escola da Felicidade* ficou entre os três primeiros colocados da categoria Case Organizacional/Média Organização, modalidade Desenvolvimento. A iniciativa da Naturgy, implantada em 2024, é um espaço dedicado a programas, tendências, ferramentas e melhores práticas para impulsionar o desenvolvimento de habilidades e competências do colaborador. O Prêmio Ser Humano é concedido, anualmente, aos profissionais e às organizações do setor público e privado, cujas práticas inovadoras tenham alcançado significativos resultados quantitativos e qualitativos e que possam ser consideradas uma referência no mercado.

Prêmio Smart Customer 2024

A Naturgy foi premiada com o Ouro na categoria Gestão de Riscos e Crise, e Prata, na categoria Responsabilidade Social e Diversidade, do Prêmio Smart Customer 2024. O case que obteve o 1º lugar, “Gestão *End to End*”, destaca as medidas inovadoras que a empresa implementou para aprimorar a experiência do cliente em situações de reclamação. A empresa construiu uma célula especializada no tratamento dos casos de ponta a ponta com soluções de forma funcional, rápida, com empatia e cuidado. E ainda processos para eliminar pontos de atrito, reduzir entradas e melhorar a nota de satisfação do cliente, que atingiu recorde neste último ano.

Na categoria Responsabilidade Social e Diversidade, o case “Naturgy: Equidade e responsabilidade social na prática” ressalta as iniciativas para promover a equidade de gênero e o desenvolvimento social nas comunidades onde a Naturgy atua. Duas áreas da empresa se reuniram para elaborar o case premiado: Comunicação, Relações Institucionais e ESG e a área de Pessoas e Organização. Na Naturgy, 70% da diretoria é composta por mulheres. O compromisso começa dentro da empresa e também atinge parte da população. Desde o ano passado, as turmas de cursos profissionalizantes que a Naturgy apoia têm como premissa inscrições com 50% de mulheres.

Prêmio Ouvidorias Brasil

O Canal do Síndico, da Ouvidoria da Naturgy, meio criado para atuação de forma proativa em casos de interrupção do serviço de gás, foi o case ganhador do Prêmio Ouvidorias Brasil 2023 e recebeu, em 2024, o troféu Azul da Associação Brasileira das Relações Empresa Cliente.

Desde que o Canal do Síndico foi criado, para orientar e efetuar uma comunicação mais rápida com clientes e evitar reclamações, a Naturgy já atendeu de forma personalizada 1.478 síndicos de prédios que tiveram o fornecimento interrompido e que afetaram mais de 30 mil imóveis. Com isso, houve uma redução de reclamações e a nota média de satisfação dos clientes atendidos foi 4,8 (numa escala de 0 a 5).

Prêmio Ouro da Associação Brasileira de Marketing de Dados

A área de Serviços de Atendimento ao Cliente recebeu o Prêmio Ouro da Associação Brasileira de Marketing de Dados (ABEMD) na categoria *call center* e experiência do cliente. O case vencedor “Naturgy, atendimento de primeira”, descreve a trajetória de melhorias de processos que resultou no incremento do indicador FCR (*First Call Resolution/* Resolução no Primeiro Contato) de 72% para 79%, indicador que reflete na melhoria na solução dos casos e, conseqüentemente, na satisfação dos nossos clientes.

A Naturgy ampliou as opções de canais de atendimento e estudou oportunidades de melhorias de processos e procedimentos, de modo a garantir que todos os canais atendessem todas as demandas, mantendo a eficiência e evitando a necessidade de troca de canal. Os processos foram aprimorados para solucionar os casos no primeiro contato. Em sua 30ª edição, a iniciativa reconhece cases que impulsionam a transformação do mercado, valorizando projetos que entregam resultados e aprimoram o relacionamento com o cliente.

Melhor Distribuidora - Prêmio Os Melhores do Ano

A Naturgy recebeu o título de Melhor Distribuidora de Gás Natural Veicular durante a 9ª edição do Prêmio Os Melhores do Ano do Setor de Reparação Automotiva, promovido pelo Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios do Rio de Janeiro (Sindirepa).

Apontado como o maior reconhecimento do setor automotivo, o evento reuniu empresários, representantes de grandes indústrias e lideranças da cadeia produtiva, consolidando sua importância na valorização das boas práticas no mercado. A Naturgy também foi homenageada por sua contribuição estratégica ao setor de reparação automotiva, evidenciando seu papel como parceira essencial na busca por inovação, sustentabilidade e fortalecimento da indústria fluminense. Esse reconhecimento reflete o compromisso da empresa em oferecer soluções energéticas eficientes e contribuir para o avanço da indústria automotiva no Brasil.

CERTIFICAÇÕES

Top Employers 2024

Pelo sétimo ano consecutivo, a Naturgy Brasil é reconhecida como uma das melhores empregadoras do mundo, com destaque para suas práticas eficientes na gestão de pessoas.

Em 2024, o Top Employers Institute reconheceu 71 empresas brasileiras que fazem parte de um grupo de 2.200 organizações de 122 países. As empresas foram avaliadas pelo Instituto em 20 itens, tais como gestão de pessoas, liderança, sustentabilidade, RH, digital, marca empregadora, carreira, *onboarding*, aprendizado, ética, engajamento e diversidade.

O Top Employers Institute é a principal certificadora global especializada no reconhecimento da excelência de políticas e práticas em gestão de pessoas. Fundado há mais de 30 anos, já certificou diversas organizações, impactando positivamente a vida de mais de 9,5 milhões de trabalhadores em todo o mundo.

Selo Empresa Amiga da Mulher

O governo do Estado do Rio de Janeiro, por meio das secretarias da Mulher e de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e Serviços, concedeu à Naturgy o Selo Empresa Amiga da Mulher. A Naturgy foi **reconhecida na categoria Ouro**, como empresa que demonstra compromisso com a promoção e defesa dos direitos das mulheres.

O selo foi atribuído a 31 empresas após uma comissão analisar 12 requisitos, incluindo o ambiente de trabalho, que deve prezar pela saúde, integridade física, emocional e dignidade da mulher. O selo está classificado em três categorias: bronze para empresas que atingiram acima de 50% dos requisitos solicitados; prata para aquelas que preencheram mais de 70% dos requisitos; e ouro para as que atingiram acima de 90% dos requisitos.

EFR Global

A Naturgy foi reconhecida, em Madri (Espanha), por ser a primeira empresa do mundo certificada na Norma Global 1000/23 Empresa Familiarmente Reconhecida (EFR) e pela Associação Espanhola de Normalização e Certificação (AENOR). A empresa vem mantendo o compromisso com uma gestão eficiente de pessoas que promovem a conciliação, nos 10 anos que vem recebendo o selo.

A certificação EFR reconhece a Companhia como líder internacional na qualidade de emprego, flexibilidade e estímulo à vida social dos colaboradores, bem como à sua formação e ao seu desenvolvimento profissional. Ao longo dos anos, a empresa evoluiu no critério de empresa proativa por promover, de forma ativa, políticas e práticas que ajudam a manter o equilíbrio pessoal, profissional e familiar.

Organização Saudável

A Naturgy evoluiu no compromisso com a saúde e segurança, consolidando-se como uma Organização Saudável. A empresa tem fortalecido a cada ano os pilares que sustentam a evolução do seu compromisso com a saúde e segurança: Saúde e Segurança para as pessoas da organização, Cultura focada no bem-estar da organização, Estilo de vida e Compromisso com a Comunidade.

SIG – Sistema Integrado de gestão

A auditoria externa do Sistema Integrado de Gestão da Naturgy foi concluída com a empresa TÜV Rheinland Ibérica, que avaliou durante sete dias as atividades e os processos da Naturgy quanto à eficácia do atendimento aos requisitos das normas ISO9001; ISO14001 e ISO45001, além do modelo de organização saudável.

A auditoria concluiu que a Companhia tem um sistema de gestão maduro e destacou a seriedade e a transparência dos colaboradores. Como ponto forte, apontou o fato de cada área da Naturgy manter sua própria planilha de necessidades e expectativas das partes interessadas.

RANKINGS

Revista Época Negócios

A revista Época Negócios traz, no seu anuário 360º, duas classificações para as empresas. Na primeira, são analisadas as 420 Melhores Empresas em seis desafios: Desempenho Financeiro, ESG/Governança, Inovação, Visão de Futuro, Pessoas e ESG/Socioambiental.

Por esta avaliação, a Naturgy (Ceg) soma um total de 243 pontos na classificação geral. Obtém o 65º lugar em Desempenho Financeiro; a 319ª colocação em ESG/Governança; a 331ª posição em Visão de Futuro; o 66º lugar em Pessoas; e a 198ª posição em ESG/Socioambiental.

Em uma segunda classificação, entre as 500 Maiores, a Naturgy (Ceg) fica na 219ª posição. Nas informações sobre o processo de seleção e classificação das empresas, o anuário registra que a Naturgy (Ceg) teve um dos maiores saltos (50%) com relação à pontuação do ano anterior. A empresa ficou em 5º lugar em Desempenho Financeiro e também na 5ª posição em Pessoas.

1000 Maiores Empresas - Jornal Valor Econômico

O anuário Revista Valor 1000 Maiores Empresas, do jornal Valor Econômico, indica as **dez melhores** empresas no setor de Petróleo & Gás em 2023. Nesta classificação, a Naturgy (Ceg) fica em 8º lugar por Margem Ebtida; em 5º no item Rentabilidade; no 7º em Alavancagem Financeira; e em 8º na Cobertura de Juros. Na Classificação Geral, ocupa o 213º lugar.

Maiores & Melhores 2024

O anuário Exame - Maiores & Melhores 2024 relaciona as 1.000 empresas com os melhores desempenhos econômicos no País. Na listagem, a Naturgy (Ceg) ocupa a 220ª posição. O *ranking* também é publicado no portal Exame Online. A presença das empresas em *rankings* empresariais de renome fortalece a confiança e a credibilidade do Grupo perante o público e o mercado.

7 - Acionistas e auditores independentes

Em 2024, não houve alteração no quadro acionário da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia estava representado por 259.637.732 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal, de propriedade dos seguintes acionistas:

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG Acionistas	Participação no capital social (%)
Naturgy Distribución Latinoamérica S/A	54,16
BNDES Participações S.A – BNDESPAR	34,56
Fundo de Investimento em ações Dinâmica Energia	8,84
Pluspetrol Energy Sociedad Anônima	2,26
Demais acionistas	0,18
Ações em tesouraria	0,0047
Total	100

Audidores Independentes

A Companhia contratou a KPMG Auditores Independentes Ltda. (“KPMG”) para a realização de serviços de auditoria independente relativamente aos exercícios sociais de 2021 a 2024, bem como serviços de revisão das Informações Trimestrais da Companhia. A KPMG também presta serviços de auditoria independente de Demonstrações Financeiras das demais Companhias do grupo Naturgy no Brasil, sendo todas de capital fechado. A Companhia não tem sociedades por ela controladas.

Nossos auditores independentes não prestaram serviços que não sejam de auditoria durante a vigência do contrato de auditoria. Nesse sentido, inexistiram questões de conflito de interesses, perda de independência ou objetividade de nossos auditores independentes, questões essas que são avaliadas pelos nossos órgãos de governança antes de qualquer contratação para novos serviços.

O valor anual contratado pelos serviços de auditoria independente prestados pela KPMG à Ceg perfaz o valor de R\$ 665.896,00, acrescido de impostos, sendo R\$ 654.910,00 referente aos serviços de auditoria das demonstrações financeiras e R\$ 10.986,00 referente à elaboração de relatório e parecer atestando a conformidade dos valores recolhidos à Agenersa referentes à Taxa de Regulação.

8 - A administração

Conselho de Administração - Efetivos

Pedro Larrea Paguaga – Presidente
Katia Brito Repsold
Jerôme Georges Louis Piquemal
Rafael Pablo Salas Cox
Ignacio Ochoa Escala
Carlos Ferrer Ripoll
Manoel Eduardo Lima Lopes
Miguel Gustavo Occhipinti
Celso Luiz Nunes Amorim
José Mucio Monteiro Filho
Mathias Alencastro
Manoel Carlos de Almeida Neto

Diretoria Estatutária

Katia Brito Repsold
Diretor-Presidente

Bianca Giovana Wanderley Mascaro
Comercial

Conselho Fiscal - Efetivos

Renato Achutti
Felipe Kfuri Moreira da Silva
Luiz Claudio Costa

Contador

Emerson de Pontes Sales
Contador - CRC-RJ 11028809

Christiane Delart Dias de Azevedo
Gestão de Rede

Márcio Gomes Vargas
**Econômico-Financeiro e Relações
com Investidores**



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para contingências

Veja as Notas 2.13, 3(c) e 21 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia é parte passiva em processos judiciais e administrativos, de natureza tributária, regulatória, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas operações. Os processos de natureza tributária são relativos a multas aplicadas pelas autoridades fiscais competentes sobre potenciais não cumprimentos da legislação em vigor.</p> <p>O julgamento sobre a determinação do risco de perda como perda provável e a estimativa da saída de recursos para liquidar as obrigações é feito pela administração da Companhia com o apoio de seus assessores jurídicos internos e externos.</p> <p>Consideramos esse assunto como um principal assunto de auditoria devido ao grau de julgamento inerente à determinação das estimativas relacionadas com os valores envolvidos, assim como quanto à probabilidade de saída de recursos, oriundos das ações tributárias consideradas mais significativas.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">(a) Obtenção de confirmações, recebidas diretamente dos especialistas jurídicos externos, que incluem avaliações sobre as probabilidades de perda e as estimativas de valores envolvidos. Comparamos essas avaliações e estimativas àquelas usadas pela Companhia.(b) Avaliação da capacidade da Companhia na preparação dessas estimativas comparando uma amostra de valores pagos na resolução de causas no exercício com as provisões previamente reconhecidas; e(c) Avaliação se as divulgações das demonstrações financeiras consideram as informações relevantes. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o nível de provisionamento para as causas acima referidas, assim como as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.</p>

Mensuração do passivo atuarial

Veja as Notas 2.15, 3(d) e 20 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia possui planos de benefício pós-emprego concedidos a empregados e ex-empregados relativos a assistência médica e a plano de pensão. Os saldos decorrentes de sua mensuração são relevantes no contexto das demonstrações financeiras e envolvem a necessidade de considerar premissas para determinação dos valores.</p> <p>O passivo de benefício definido é estimado com base em premissas atuariais, tais como taxa de retorno esperada sobre os ativos do plano de pensão, crescimentos salariais futuros e taxas de mortalidade.</p> <p>Devido às incertezas relacionadas com as premissas utilizadas para estimar o passivo de benefício definido que podem resultar em um ajuste material nos saldos contábeis das demonstrações financeiras, consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">(a) Avaliação, com base amostral, dos dados dos participantes utilizados na avaliação atuarial da Companhia;(b) Obtenção, com o auxílio dos nossos especialistas atuariais e com o objetivo de mitigar as incertezas mencionadas, do entendimento em relação às principais premissas aplicadas pela Companhia, obtidas com base em trabalho realizado por empresa especializada contratada pela Companhia. Essas premissas são por nós comparadas com aquelas usualmente praticadas no mercado e aplicadas no cálculo das obrigações;(c) Recálculo, com o auxílio dos nossos especialistas atuariais, dos cálculos das obrigações de benefícios a empregados realizados por empresa especializada em avaliação atuarial, contratada pela Companhia; e(d) Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras da Companhia consideram as informações relevantes relacionadas ao passivo de benefício definido. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que são aceitáveis o valor de benefício a empregados e as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.</p>

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Bernardo Moreira Peixoto Neto
Contador CRC RJ-064887/O-8

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG

Balanco patrimonial
em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	412.397	516.965
Contas a receber de clientes (Nota 7)	703.926	671.855
Estoques	7.882	8.857
Tributos a recuperar (Nota 8)	7.028	2.837
Cessão de crédito	2.075	1.699
Crédito aquisição de gás (Nota 25.1)	52.801	-
Outras contas a receber	17.193	10.157
	<u>1.203.302</u>	<u>1.212.370</u>
Não circulante		
Contas a receber de clientes (Nota 7)	33.107	29.719
Ativos fiscais diferidos (Nota 9)	453.230	449.010
Tributos a recuperar (Nota 8)	330.144	304.988
Depósitos judiciais (Nota 12)	68.269	63.371
	<u>884.750</u>	<u>847.088</u>
Investimentos	380	380
Intangível (Nota 13)	2.547.052	2.458.532
Direito de uso (Nota 14.1)	16.475	14.822
	<u>2.563.907</u>	<u>2.473.734</u>
Total do ativo	<u><u>4.651.959</u></u>	<u><u>4.533.192</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG

Balanço patrimonial
em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante		
Fornecedores (Nota 15)	458.948	505.739
Obrigações por arrendamento (Nota 14.2)	7.224	916
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	499.806	141.784
Obrigações trabalhistas	9.092	8.190
Tributos a recolher (Nota 17)	68.755	57.199
Imposto de renda e contribuição social a pagar (Nota 17)	63.184	53.764
Obrigações com fundo de pensão (Nota 20)	173.516	137.304
Dividendos e JCP a pagar (Nota 19)	131.758	149.367
Demais contas a pagar	18.675	9.247
	<u>1.430.958</u>	<u>1.063.510</u>
Não circulante		
Obrigações setoriais (Nota 8.a)	321.283	298.111
Obrigações por arrendamento (Nota 14.2)	12.695	16.752
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	667.099	1.076.529
Obrigações com fundo de pensão (Nota 20)	100.313	198.482
Provisão para contingências (Nota 21)	527.616	490.639
	<u>1.629.006</u>	<u>2.080.513</u>
Total do passivo	<u>3.059.964</u>	<u>3.144.023</u>
Patrimônio líquido (Nota 19)		
Capital social	644.460	644.460
Reserva de capital	2.194	2.194
Reservas de lucros	1.027.839	875.672
Outros resultados abrangentes	(82.498)	(133.157)
Total do patrimônio líquido	<u>1.591.995</u>	<u>1.389.169</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u><u>4.651.959</u></u>	<u><u>4.533.192</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG

Demonstração do resultado
Exercícios findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(valores expressos em milhares de reais)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receita líquida (Nota 23)	5.162.070	5.602.206
Custo do serviço (Nota 24)	<u>(3.743.313)</u>	<u>(4.005.649)</u>
Lucro bruto	<u>1.418.757</u>	<u>1.596.557</u>
Despesas com vendas (Nota 26)	(93.067)	(180.613)
Despesas administrativas e gerais (Nota 26)	(378.795)	(340.551)
Outras receitas e despesas, líquidas (Nota 27)	<u>(46.054)</u>	<u>(38.041)</u>
Lucro operacional	<u>900.841</u>	<u>1.037.352</u>
Receitas financeiras	97.295	88.960
Despesas financeiras	<u>(236.475)</u>	<u>(250.627)</u>
Resultado financeiro, líquido (Nota 28)	<u>(139.180)</u>	<u>(161.667)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>761.661</u>	<u>875.685</u>
Imposto de renda e contribuição social - correntes (Notas 18)	(265.210)	(319.548)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos (Notas 18)	<u>30.304</u>	<u>40.806</u>
Lucro líquido do exercício	<u>526.755</u>	<u>596.943</u>
Lucro líquido do exercício básico e diluído por mil ações do capital social - R\$	2,02881	2,29914

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro líquido do exercício	<u>526.755</u>	<u>596.943</u>
Itens que não serão reclassificados para a demonstração de resultado em períodos subsequentes:		
- Ganho (Perda) atuarial de fundo de pensão, líquido de imposto (Nota 20)	<u>50.659</u>	<u>(4.501)</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>577.414</u></u>	<u><u>592.442</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de capital incentivos fiscais	Reservas de lucros			Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Total
			Legal	Expansão	Reserva especial				
Em 1º de janeiro de 2023	644.460	2.194	128.893	309.320	-	196.048	-	(128.656)	1.152.259
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	596.943	-	596.943
Despesas com fundo de pensão	-	-	-	-	-	-	-	(4.501)	(4.501)
Passivo fiscal diferido - NIIF16	-	-	-	-	-	-	-	271	271
Dividendos aprovados em AGO (abril/2023)	-	-	-	-	-	(196.048)	-	-	(196.048)
Destinação do lucro:									
Juros sobre o capital próprio (R\$ 294,57 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	-	(76.483)	-	(76.483)
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 755,08) por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	-	(83.272)	-	(83.272)
Destinação de resultado a definir em AGOE (abril/2024)	-	-	-	-	-	437.459	(437.188)	(271)	-
Em 31 de dezembro de 2023	644.460	2.194	128.893	309.320	-	437.459	-	(133.157)	1.389.169
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	526.755	-	526.755
Ganho com fundo de pensão	-	-	-	-	-	-	-	50.659	50.659
Dividendos aprovados em AGO (abril/2024)	-	-	-	206.247	-	(437.459)	-	-	(231.212)
Destinação do lucro:									
Juros sobre o capital próprio (R\$ 329,40 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	-	(85.526)	-	(85.526)
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 222,81) por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	-	(57.850)	-	(57.850)
Destinação de resultado a definir em AGOE (abril/2025)	-	-	-	-	-	383.379	(383.379)	-	-
Em 31 de dezembro de 2024	644.460	2.194	128.893	515.567	-	383.379	-	(82.498)	1.591.995

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG

Demonstração do fluxo de caixa
Exercícios findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (valores expressos em milhares de reais)

	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	761.661	875.685
Ajustes		
Amortizações do intangível	154.582	144.991
Amortização - direito de uso	6.734	4.385
Juros, IOF, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos	142.434	171.396
Juros sobre arrendamento	5.280	2.456
Custos a amortizar no período	-	-
Atualização monetária sobre depósito judicial	(9.417)	885
Provisão atuarial do benefício pós-emprego	(18.007)	10.041
Adições (exclusões) contingências	36.977	(3.230)
Provisão para perdas de crédito esperadas	39.959	106.572
Resultado na baixa de imobilizado arrendado	(2.245)	(89)
	<u>1.117.958</u>	<u>1.313.092</u>
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(75.418)	(51.847)
Tributos a recuperar e diferidos	257.148	289.039
Estoques	975	(4.293)
Cessão de crédito	(376)	(1.105)
Crédito aquisição de gás	(52.801)	-
Demais contas a receber	4.914	(2.904)
Depósitos judiciais	(4.898)	(903)
Fornecedores	(46.791)	(58.947)
Obrigações trabalhistas	902	49
Tributos a recolher	(221.062)	(294.269)
Demais contas e despesas a pagar	6.902	(12.148)
Caixa proveniente das operações	<u>987.454</u>	<u>1.175.764</u>
Juros pagos de empréstimos	(141.486)	(203.633)
Juros pagos arrendamento	(1.424)	(1.099)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(253.702)	(256.300)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>590.842</u>	<u>714.732</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições do intangível	(243.102)	(282.916)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(243.102)</u>	<u>(282.916)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização principal empréstimos	(50.000)	-
Amortização custos de empréstimos	(2.356)	221
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(380.516)	(264.533)
Imposto de renda retido na fonte sobre JCP do exercício	(11.687)	(10.452)
Amortização principal arrendamento	(7.748)	(5.204)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(452.307)</u>	<u>(279.968)</u>
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa no exercício	(104.567)	151.848
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>516.965</u>	<u>365.117</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u><u>412.398</u></u>	<u><u>516.965</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (valores expressos em milhares de reais)

	2024	2023
Vendas de gás e de serviços		
Receitas		
Vendas de gás, serviços e contratos de construção	6.426.379	6.812.663
Outras receitas operacionais	11.040	9.937
Constituição de provisão para perdas de crédito esperadas	(90.481)	(178.184)
	<u>6.346.938</u>	<u>6.644.416</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos do gás vendido e dos serviços prestados	(3.592.566)	(3.858.089)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais e respectivos impostos indiretos	(1.479.480)	(1.067.814)
	<u>(5.072.046)</u>	<u>(4.925.903)</u>
Valor adicionado bruto	<u>1.274.892</u>	<u>1.718.513</u>
Retenções		
Amortizações do intangível e diferido	(154.582)	(149.376)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	<u>1.120.310</u>	<u>1.569.137</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	97.295	88.960
Valor adicionado total a distribuir	<u>1.217.605</u>	<u>1.658.097</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	70.775	57.879
Benefícios	21.694	21.617
FGTS	4.325	4.707
	<u>96.794</u>	<u>84.203</u>
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	134.057	461.435
Estaduais	215.494	254.615
Municipais	5.588	6.748
	<u>355.139</u>	<u>722.798</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	236.475	250.627
Aluguéis	2.442	3.526
	<u>238.917</u>	<u>254.153</u>
Remuneração de capitais próprios		
Juros s/ capital próprio	85.526	76.483
Dividendos propostos	57.850	83.272
Lucros retidos	383.379	437.188
	<u>526.755</u>	<u>596.943</u>
Valor adicionado distribuído	<u>1.217.605</u>	<u>1.658.097</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG (“CEG” ou “Companhia”) tem como objetivo, no âmbito de sua concessão, operar os serviços públicos de gás, de qualquer tipo e origem, no Estado do Rio de Janeiro e explorar, com exclusividade, a distribuição de gás canalizado, bem como todos os subprodutos resultantes pelo período de 30 anos contados a partir de 21 de julho de 1997 (data da privatização) finalizando, portanto, em julho de 2027, prorrogáveis a critério exclusivo do Governo do Estado do Rio de Janeiro por igual período de tempo e por uma única vez.

Conforme estabelecido no Contrato de Concessão, a Companhia possuía o prazo de até 36 meses, antes do vencimento do contrato, para apresentar seu requerimento de prorrogação, o que foi feito no dia 18/07/2024. A Companhia está acompanhando o desenvolvimento do tema na Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro (Agensera) e junto ao Poder Concedente.

A Companhia é uma sociedade anônima sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, controlada pelo Grupo Naturgy Energy Group, cuja sede está localizada em Madri - Espanha, e está registrada na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão.

A área de concessão da CEG inclui a cidade do Rio de Janeiro e os seguintes municípios que integram a sua região metropolitana: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Mangaratiba, Maricá, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, Tanguá, Seropédica e São João de Meriti.

De acordo com o Edital de Venda PED/ERJ nº 02/1997 e com o contrato de concessão, a CEG deverá cumprir determinações requeridas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro (Poder Concedente). O não cumprimento das referidas determinações sujeitará a Companhia a penalidades que vão desde a advertência até a extinção da concessão.

As principais determinações são:

- Realizar, por sua conta e risco, as obras ou outras intervenções necessárias à prestação dos serviços concedidos, mantendo e repondo os bens e operando as instalações e equipamentos, de modo a assegurar a qualidade dos serviços;
- Manter as instalações e equipamentos existentes e futuros, promover o registro e inventário permanente dos bens vinculados à concessão, zelando pela integridade desses;
- Manter cobertura de seguros, por valores adequados de reposição, dos bens vinculados à concessão, contratando, pelo menos, os seguros de danos materiais e de responsabilidade civil por danos causados a terceiros;
- Captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à adequada prestação dos serviços;
- Indenizar os danos decorrentes da prestação dos serviços;
- Atingir as metas de qualidade e segurança, constantes do Anexo II ao Contrato de Concessão, nos prazos e condições fixados;
- Manter em operação o Instituto de Seguridade Social da CEG - GASIUS;

- Manter, a todo e qualquer tempo, a sede da Companhia no Estado do Rio de Janeiro; e
- Cumprir integralmente o acordo coletivo de trabalho vigente, durante o prazo nele estipulado.

A Companhia entende que as determinações estipuladas no contrato de concessão mencionadas acima têm sido cumpridas adequadamente.

Na hipótese de extinção da concessão, a Companhia seria indenizada pelo valor residual dos bens integrantes da concessão (Nota Explicativa nº13).

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração da Companhia em 14 de fevereiro de 2025.

1.1 Alterações tributárias:

- **Medida Provisória 1.163/2023**

Em 1º de março de 2023 foi publicado no D.O.U. a Medida Provisória de no. 1.163 de 28 de fevereiro de 2023, que postergou o benefício de alíquota 0% (zero) do PIS/COFINS e PIS/COFINS-Importação incidentes sobre a receita ou o faturamento na venda ou sobre a importação de gás natural veicular (GNV), estabelecido pela Lei Complementar nº 194/2022 cuja vigência encerrou-se em 28 de junho de 2023.

Dessa forma, a Companhia aplicou a incidência da alíquota 0% (zero) no faturamento do volume destinado como Gás Natural Veicular – GNV para as faturas emitidas durante o referido período de vigência da lei.

- **Medida Provisória 1.202/2023**

Em 29 de dezembro de 2023 foi publicada a Medida Provisória nº 1.202 de 2023 que, dentre outros aspectos, altera a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, para impor limite mensal para a compensação de créditos tributários decorrentes de decisão judicial transitada em julgado atribuindo ao Ministro de Estado da Fazenda a prerrogativa de editar o ato que fixa o limite mensal para compensação.

Em 5 de janeiro de 2024, foi editada a Portaria Normativa MF de N° 14 que estabelece limites mensais para utilização de créditos decorrentes de decisão judicial transitada em julgado. A medida não se aplica às compensações em que o crédito é inferior a R\$ 10 milhões (dez milhões de reais). A partir desse valor, será escalonado em função do valor total do crédito atualizado até a data da primeira declaração de compensação dividido pela quantidade de meses estabelecidos para cada faixa.

A Administração da Companhia, considerando a vigência da referida Medida Provisória e sua conversão na Lei nº 14.873 de 28 de maio de 2024, observou tais limites mensais em sua projeção de compensação de tais tributos, assim descritos na Nota explicativa nº 8.

2 Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Essas demonstrações evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº3.

Continuidade operacional

Com base nos fatos e circunstâncias existentes até a data de autorização das presentes demonstrações financeiras anuais, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.2 Apresentação de informação por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva. Ver detalhes na Nota Explicativa nº22.

2.3 Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras da Companhia estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são

remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do ano, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

2.5 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma Companhia e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra Companhia.

2.5.1 Ativos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurado subsequentemente: ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, são mensuradas pelo preço de transação determinando de acordo com o CPC 47.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em duas categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e

perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a Companhia pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

2.5.2 Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva.

A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

2.6 Contas a receber de clientes e provisão para perdas de crédito esperadas

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia, normalmente, as contas a receber são reconhecidas pelos valores nominais das faturas emitidas. Se o prazo de recebimento for equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas de crédito esperadas.

A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões semelhantes.

A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. A Companhia revisa de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas e reconhecidas na contabilidade.

2.7 Estoques

Referem-se, principalmente, a bens para instalação e itens de almoxarifado, em geral para fins de reposição e consumo imediato, e estão apresentados pelo menor valor entre o custo de

aquisição e o valor líquido realizável. O giro do estoque é inferior a 12 meses.

2.8 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda e as contribuições sociais são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há um direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária.

2.9 Depósitos judiciais

Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Esses depósitos são atualizados monetariamente.

2.10 Ativos intangíveis

(i) Contrato de concessão

Como resultado da adoção da interpretação do ICPC 01, a Companhia classifica como intangível (i) os valores pagos ao Poder Concedente como contraprestação da concessão; e (ii) os custos dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão (infraestrutura), líquidos de amortização. O valor da concessão é amortizado pelo prazo residual da concessão e a amortização dos custos da infraestrutura é calculada com base na vida útil estimada para os ativos compreendidos e integrantes da base de cálculo da tarifa de prestação de serviços.

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás a ser realizado, conforme a referida norma, é considerado um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo. A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está, em sua grande maioria, vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo.

Ao fim da concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia o direito à indenização a ser determinada com base no levantamento dos valores contábeis a serem apurados nessa época. Em consonância com as disposições do OCPC 05, a Administração entende que a provisão contratual da indenização não representa um direito incondicional de receber caixa ou outros

ativos financeiros do Poder Concedente, motivo pelo qual não aplicou o modelo bifurcado para contabilização dos efeitos do contrato de concessão. Esse entendimento baseia-se no fato de que o valor residual do ativo intangível, que representa a indenização, será objeto de negociação quando da prorrogação do contrato de concessão.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, os quais correspondem à vida útil dos ativos componentes de infraestrutura. Adicionalmente, a Companhia revisa anualmente a vida útil de seus ativos.

(ii) *Programas de computador (softwares)*

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada.

Os custos de software reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na nota explicativa nº 13.

(iii) *Servidão de passagem*

As servidões de passagem são registradas como ativo intangível e amortizadas pela expectativa de vida útil, limitado ao prazo de concessão (nota explicativa nº 13).

2.11 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa

futuros após o quinto ano. A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda.

Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado.

Como resultado dessa avaliação não foi identificada a necessidade de reconhecimento de perda em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

2.12 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.13 Provisão para contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já incorridos; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.14 Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente,

demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.15 Benefícios a funcionários

Obrigações de aposentadoria

O passivo relacionado aos planos de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários externos usando-se o método de unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios

serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

O custo do serviço passado é o aumento no valor presente da obrigação de benefício quando da introdução ou mudança no plano de benefício pós-emprego, resultante de serviços prestados pelos empregados participantes em períodos passados. Ganhos e perdas atuariais compreendem (i) os ajustes de experiência, ou seja, os efeitos de diferenças entre as premissas atuariais adotadas e as efetivamente ocorridas; (ii) os efeitos de alterações de premissas atuariais.

A Companhia adotou o método de reconhecimento imediato dos ganhos e perdas atuariais que está de acordo com as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 33 (R1), aprovado pela Resolução CVM Nº 110/22, que trata de benefícios a empregados. Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos no resultado abrangente, ficando a variação dentro do patrimônio, nunca transitando pelo resultado (outros resultados abrangentes não reclassificáveis). Este método suaviza as flutuações no resultado, tendo o efeito diluído no patrimônio e, em adição, mantém o passivo por um valor adequado.

Em atendimento à Resolução CVM Nº 110/22, a Companhia, com base em estudo atuarial, apurou os passivos oriundos dos benefícios futuros a que os funcionários têm direito (nota explicativa nº 20).

Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 33 (R1) aprovado pela Resolução CVM Nº 110/22, a Companhia adotou a reposição dos juros do passivo e do retorno esperado dos ativos por uma única taxa de juros líquida, que não gerou aumento significativo do custo do plano no resultado do exercício.

Outras obrigações pós-aposentadoria

A Companhia oferece a seus funcionários benefícios de plano de assistência médica pós-aposentadoria. O direito a esses benefícios é concedido a um grupo fechado de aposentados e seus dependentes legais que, em 17 de junho de 1998, faziam parte do plano de assistência médica da Companhia. Os custos esperados desses benefícios são acumulados pelo período do vínculo empregatício, usando-se uma metodologia contábil semelhante à dos planos de pensão de benefício definido. Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes e qualificados.

Participação nos lucros

O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado por provisão durante o exercício corrente com base em estimativas.

2.16 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

2.17 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, calculada com base no Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.18 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de gás e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos

impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir. Os faturamentos ocorrem em períodos bem próximos às entregas e prestação de serviços, portanto, não são esperadas alterações significativas nos preços das transações a serem reconhecidas em receitas de períodos posteriores à satisfação de obrigação de desempenho. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

a. Venda de gás

A receita pela venda de gás é reconhecida por medição equivalente ao volume de gás transferido para o cliente e por meio de estimativas para mensurar o gás entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do exercício.

b. Venda de mercadorias

A Companhia vende determinados equipamentos destinados aos usuários residenciais de gás canalizados, como acessórios e classifica como "Outras receitas e despesas, líquidas" na demonstração do resultado. Essas vendas são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para o cliente e não há nenhuma obrigação de desempenho não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o (retirados no) local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

Serviços de construção

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás a ser realizado é considerado um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida

ao resultado por valor igual ao custo, pelo fato de a Companhia subcontratar essa construção e por não haver margem de lucro nesse serviço. Para mensuração e reconhecimento da receita e custo dos serviços de construção da infraestrutura de distribuição de gás, a Companhia considera o estágio de execução do serviço prestado.

Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

Receita de prestação de serviço de distribuição

A receita decorrente do serviço de distribuição de gás (Acesso de Terceiros à Rede - ATR) é reconhecida pelo volume de gás medido pela Petrobras aplicando-se a margem da Distribuidora, considerando que a aquisição do gás é negociada de forma direta e o cliente remunera a Companhia pela movimentação do gás.

2.19 Demonstração do valor adicionado

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. A primeira parte da DVA apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas, pelos insumos adquiridos de terceiros, e pelo valor

adicionado recebido de terceiros. A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.20 Resultado básico por ação

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do resultado líquido do ano pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações nos exercícios apresentados.

2.21 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não em vigor até a data de emissão dessas demonstrações financeiras, não foram aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis. As normas analisadas pela Companhia foram:

- a) **IFRS 18** - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais:

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de resultados, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também

são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.

- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.
- As entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia está em processo de avaliação do impacto do novo padrão nas respectivas demonstrações financeiras.

b) **Outras Normas Contábeis**

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- **CPC 40/IFRS 7 e CPC 48/IFRS 9** - Classificação e mensuração de instrumentos financeiros
- **CPC 02/IAS 21** - Ausência de conversibilidade.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

a. Reconhecimento da receita de venda de gás não faturada

Para a mensuração da receita pela venda de gás não faturada são efetuadas estimativas, com base no consumo histórico e em projeções de consumo, para mensurar o gás entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do período. Conforme apresentado na nota explicativa nº 7, a receita estimada nessas condições em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 139.256 (R\$ 120.807 em 31 de dezembro de 2023).

b. Provisão para perdas de crédito esperadas

A Companhia efetua um estudo de sua carteira de clientes e registra uma estimativa que representa sua expectativa de inadimplência possíveis ao longo da vida esperada a incorrer para os créditos das contas a receber. A matriz de provisão baseia-se inicialmente no percentual médio de perda histórica observado pela Companhia nos últimos anos. A composição dos

vencimentos e as movimentações estão demonstradas na nota explicativa nº 7.

c. Provisão para contingência

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas e cíveis que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais saídas de recursos decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e

atualizadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. A base da avaliação da incerteza encontra-se divulgada na nota explicativa nº 21.

d. Benefícios de planos de pensão

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão. A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo esses mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na nota explicativa nº 20.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem aos seguintes principais riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco com de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A Companhia não está exposta ao risco de volatilidade no preço do gás distribuído, uma vez que as tarifas aplicadas são autorizadas pelo Poder Concedente e levam em consideração o aumento dos custos do gás distribuído. Além disso, embora o custo do gás adquirido para distribuição esteja atrelado ao dólar estadunidense, oscilações averiguadas na margem de contribuição estipulada são revisadas e aplicadas a cada revisão tarifária efetuada.

a. Risco de mercado

(i) Risco cambial

O risco cambial, quando aplicável, decorre de operações de empréstimos indexadas à moeda

estrangeira, notadamente operações em relação ao dólar dos Estados Unidos e contratação de serviços em moeda estrangeira (Euro). Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não existiam ativos ou passivos financeiros relevantes sujeitos à variação cambial.

(ii) *Risco com taxa de juros*

A Companhia tem os juros de seus empréstimos indexados ao CDI. O risco associado é oriundo da possibilidade de ocorrer perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que podem aumentar as despesas financeiras relativas aos empréstimos e financiamentos contratados.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contração de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade

dessas taxas.

b. Risco de crédito

As regras relativas às vendas da Companhia consideram o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A concentração de risco de crédito com respeito às contas a receber é minimizada devido a pulverização da base de clientes. Adicionalmente, em caso de inadimplência no pagamento de faturas, a distribuição do gás é paralisada nos prazos descritos na Nota explicativa nº 7. Uma provisão para perdas de crédito esperadas é estabelecida em relação àqueles que a Administração acredita que não serão recebidos integralmente.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

c. Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

O passivo circulante está superior ao ativo circulante no montante de R\$ 227.656 em 31 de dezembro de 2024 (inferior em R\$ 148.860 em 31 de dezembro de 2023). Do saldo do passivo circulante, R\$ 499.806 estão representados por empréstimos e Financiamentos a pagar. Não observamos riscos ao refinanciamento, uma vez que a CEG goza de boa avaliação creditícia e possui histórico positivo em suas discussões de refinanciamento junto às instituições financeiras. A Companhia vem gerando lucro em suas operações e o caixa gerado pelas operações tem sido positivo.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Em 31 de dezembro de 2024			
Empréstimos e financiamentos	531561	807.879	-
Fornecedores	458.948	-	-

**Companhia Distribuidora de
Gás do Rio de Janeiro S.A. – CEG**
Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Dividendos e juros sobre o capital próprio	131.758	-	-
Demais contas a pagar	18.675	-	-
Arrendamento	7.224	12.695	-
Em 31 de dezembro de 2023			
Empréstimos e financiamentos	148.979	540.721	868.404
Fornecedores	505.739	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	149.367	-	-
Demais contas a pagar	9.247	-	-
Arrendamento	916	-	-

Observações:

- (i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e financiamentos.
- (ii) As faixas de vencimento apresentadas são baseadas em uma análise da Administração.
- (iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

A Companhia não pretende realizar antecipações dos valores de longo prazo.

d. Análise de sensibilidade à variação das taxas do CDI

A Companhia mantém grande parte de sua dívida e das suas disponibilidades indexadas às variações do CDI (financiamentos). Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentava uma dívida líquida de R\$ 766.437 (R\$ 701.348 em 31 de dezembro de 2023), representada pelo valor dos empréstimos e financiamentos, líquidos de caixa e aplicações financeiras.

A expectativa de mercado, conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil (Relatório Focus), com data-base de 31 de dezembro de 2024, indicava uma taxa SELIC em 14,75% (11,75% em 31 de dezembro de 2023).

Adicionalmente, a Administração efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos, deterioração das taxas em 25% ou 50% superiores ao cenário provável (julgado pela Administração, a partir do cenário provável de acordo com Relatório Focus), conforme demonstrado na tabela abaixo:

Operação	Cenário provável	Cenário I Deterioração 25%	Cenário II Deterioração 50%
Taxa média mensal do CDI em 31/12/2023 - %	11,75	11,75	11,75
Dívida líquida – bancos	766.437	766.437	766.437
Taxa anual estimada do CDI em 31/12/2023 - %	14,75	18,44	22,13
Despesa financeira	22.993	51.255	79.518
IR e CS	(7.818)	(17.427)	(27.036)
Despesa (receita) financeira depois dos impostos	15.175	33.828	52.482

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

O índice de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2024 pode ser assim sumariado:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 16)	1.166.905	1.218.313
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	<u>(412.398)</u>	<u>(516.965)</u>
Dívida líquida	754.507	701.348
Total do patrimônio líquido	<u>1.591.995</u>	<u>1.389.169</u>
Total do capital próprio e de terceiros	<u>2.346.502</u>	<u>2.090.517</u>
Índice de alavancagem financeira - %	32%	34%

4.3 Instrumentos financeiros

a. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com alguns instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores e empréstimos e financiamentos. Quando aplicável, a Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos, especialmente operações de *swap*.

Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores a custo amortizado aproximam-se dos valores justos.

b. Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia segue uma política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do *hedge* das contrapartes quando existentes. Além disso, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

O Conselho de Administração aprova e supervisiona as políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco

5 Instrumentos financeiros por categoria

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de

dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.
- **Nível 2** - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.
- **Nível 3** - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	412.398	516.965
Contas a receber de clientes	737.033	701.574
Outras contas a receber	17.193	10.157
Cessão de crédito	2.075	1.699
	<u>1.168.699</u>	<u>1.230.395</u>
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	1.166.905	1.218.313
Dividendos e juros sobre o capital próprio	131.758	149.367
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	477.623	514.986
	<u>1.776.286</u>	<u>1.882.666</u>

Os valores justos dos passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	31 de dezembro de 2024		31 de dezembro de 2023	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos e financiamentos	1.166.905	1.166.905	1.218.313	1.218.313
Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio	131.758	131.758	149.367	149.367
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	477.623	477.623	514.986	514.986
Total de captações	<u>1.776.286</u>	<u>1.776.286</u>	<u>1.882.666</u>	<u>1.882.666</u>
Total custo de captações	<u>(50.993)</u>		<u>(3.311)</u>	
Total de captações líquido	<u>1.725.293</u>		<u>1.879.355</u>	

6 Caixa e equivalentes de caixa

31/12/2024 31/12/2023

**Companhia Distribuidora de
Gás do Rio de Janeiro S.A. – CEG**
Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Bancos	84.968	76.515
Aplicações financeiras (CDBs)	327.429	440.450
	<u>412.398</u>	<u>516.965</u>

O saldo em bancos que está disponível rende juros a taxas flutuantes baseadas em taxas diárias de depósitos bancários. Os depósitos bancários a curto prazo são efetuados por períodos que variam de um dia a três meses, dependendo das necessidades imediatas de caixa da Companhia, rendendo juros de acordo com as respectivas taxas de depósito de curto prazo.

As aplicações financeiras são classificadas como caixa e equivalentes de caixa e podem ser resgatadas a qualquer tempo, sem qualquer penalidade, sem prejuízo da receita reconhecida ou risco de variação significativa no seu valor.

As aplicações financeiras realizadas no Banco Santander referem-se a Certificados de Depósitos Bancários remunerados à taxa média de 100,42% do CDI em 31 de dezembro de 2024 (102,3% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

7 Contas a receber de clientes

Estão compostas por créditos decorrentes de fornecimento de gás (faturados e a faturar), prestação de serviços e vendas de serviços como demonstrado a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Faturado		
Consumidores		
Do setor privado	1.065.842	1.029.442
Do setor público	18.582	15.158
	<u>1.084.424</u>	<u>1.044.600</u>
Não faturado		
Consumidores		
Do setor privado	135.046	116.482
Do setor público	4.210	4.325
	<u>139.256</u>	<u>120.807</u>
Vendas de serviços	17.260	115
	<u>17.260</u>	<u>115</u>
Provisão para perdas de crédito esperadas	(503.907)	(463.948)
	<u>737.033</u>	<u>701.574</u>
Circulante	703.926	671.855
Não circulante (a)	33.107	29.719
	<u>737.033</u>	<u>701.574</u>

(a) Refere-se a parcelamento de clientes acima de 12 meses.

A análise de vencimentos do contas a receber está apresentada abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
A vencer		
Faturado	519.081	515.307
Não faturado	139.256	120.807
Vencidas		
Até três meses	110.082	102.028
De três a seis meses	27.328	73.420
Acima de seis meses	445.193	353.960
	<u>445.193</u>	<u>353.960</u>

**Companhia Distribuidora de
Gás do Rio de Janeiro S.A. – CEG**
Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

1.240.940 1.165.522

A Companhia adotou como base, para ter seus valores de provisão estimada de acordo com o CPC 48 refletido na perda esperada, um estudo de sua carteira de clientes, onde a média encontrada em percentual está sendo aplicada para o período corrente.

Abaixo, são apresentadas as informações sobre a exposição ao risco de crédito médio nas contas a receber da Companhia, em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, utilizando-se de uma matriz de provisão:

Dias de vencimento	31/12/2024 Taxa de atraso (%)	31/12/2023 Taxa de atraso (%)
A vencer	1,70%	1,99%
1 a 30 dias	14,50%	16,67%
31 a 60 dias	37,71%	44,80%
61 a 90 dias	50,67%	58,99%
91 a 120 dias	59,60%	64,03%
121 a 180 dias	64,32%	70,75%
181 a 360 dias	82,65%	81,37%
Mais de 360 dias	91,36%	83,25%

Com o fim das restrições temporárias impostas pela Lei Estadual 8.769/20, a Companhia voltou a considerar a suspensão a partir de julho de 2023, após 35 dias de atraso no pagamento da fatura, dos serviços fornecidos aos clientes residenciais e comerciais. Para os clientes industriais e postos de GNV, o fornecimento é suspenso a partir de 15 dias.

A movimentação na provisão para perdas de crédito esperadas segue demonstrada abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Em 1º de janeiro	463.948	357.376
Provisão para perdas de crédito esperadas	126.061	185.237
Recuperação de perdas das contas a receber	(86.102)	(78.665)
Saldo final na respectiva data	<u>503.907</u>	<u>463.948</u>

A exposição máxima ao risco de crédito na data da apresentação das informações contábeis intermediárias é o valor contábil das contas a receber demonstrada acima.

8 Tributos a recuperar

	31/12/2024	31/12/2023
PIS e COFINS (a)	322.208	298.065
ICMS a recuperar (b)	12.511	9.760
Imposto de Renda Retido na Fonte (c)	2.453	-
	<u>337.172</u>	<u>307.825</u>
Circulante	7.028	2.837
Não circulante	330.144	304.988
	<u>337.172</u>	<u>307.825</u>

**Companhia Distribuidora de
Gás do Rio de Janeiro S.A. – CEG**
Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

- (a) Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui em seu ativo não circulante, o montante de R\$ 321.283 (R\$ 224.556 principal e R\$ 96.727 de atualização monetária) relativos a créditos de PIS e COFINS cuja apuração se deu sem a exclusão do ICMS de sua base, no período compreendido entre a decisão de março de 2017 até a efetiva alteração da metodologia de cálculo realizada em fevereiro de 2022, o que inclui a atualização monetária pela taxa SELIC. A Companhia compensará o valor total reconhecido no prazo mínimo de 30 meses, considerando o mencionado na Medida Provisória 1.202 de 29 de dezembro de 2023, a partir da habilitação do crédito por parte da Receita Federal via processo administrativo, cuja expectativa da administração é que ocorra em prazo superior a 12 meses.

Em contrapartida dos créditos acima comentados a Companhia reconheceu uma obrigação no passivo não circulante pelo valor integral do ativo por haver uma obrigação recíproca e equivalente da concessionária em restituir tais valores aos usuários e cuja forma dependerá ainda das decisões e respectivas aprovações por parte da Agência Reguladora bem como do período, sendo possível via reajuste tarifário, conforme proposto para o mercado de energia elétrica.

A administração da Companhia encontra-se em fase de avaliação quanto a melhor forma de se beneficiar também de eventuais créditos em relação aos valores relativos aos períodos anteriores a março de 2017, os quais não foram quantificados e tampouco registrados, considerando não haver decisão no âmbito da ação rescisória que visa revogar os efeitos do trânsito em julgado da ação proposta pela Companhia julgada improcedente.

- (b) Refere-se, a saldo credor de CIAP decorrente do ativo imobilizado e patrocínios com incentivo fiscal.
- (c) Refere-se à retenção na fonte sobre pagamentos.

9 Ativos e passivos fiscais diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das informações trimestrais. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

a. Composição

	31/12/2024	31/12/2023
Obrigações de fundo de pensão	116.710	136.085
Provisão para perdas de crédito esperadas	142.466	129.352
Provisão para contingências	179.387	166.816
AVP financeiro	(412)	976
Operações com arrendamento mercantil	1.391	1.255
Juros e variação monetária Gasius	(4.207)	(3.343)
Provisão de fornecedores	17.016	16.990
Outras	879	879
Ativo não circulante	<u>453.230</u>	<u>449.010</u>

b. Movimentação

A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos é demonstrada como segue:

	IR e CS diferidos								Total
	Obrigações de fundo de pensão	Provisão perdas esperadas	Provisão para contingências	AVP contrato de concessão	Operações com arrendamento mercantil	Juros e variação monetária a Gasius	Fornecedores	Outras provisões	
Ativo em 31 de dezembro de 2023	136.085	129.352	166.816	976	1.255	(3.343)	16.990	879	449.010
Creditado (debitado) na demonstração do resultado	6.709	13.114	12.571	(1.388)	136	(864)	26	-	30.304
Creditado (debitado) no patrimônio líquido	(26.084)	-	-	-	-	-	-	-	(26.084)
Ativo em 31 de dezembro de 2024	<u>116.710</u>	<u>142.466</u>	<u>179.387</u>	<u>(412)</u>	<u>1.391</u>	<u>(4.207)</u>	<u>17.016</u>	<u>879</u>	<u>453.230</u>

	IR e CS diferidos								Total
	Obrigações de fundo de pensão	Provisão perdas esperadas	Provisão para contingências	AVP contrato de concessão	Operações com arrendamento mercantil	Juros e variação monetária a Gasius	Fornecedores	Outras provisões	
Ativo em 31 de dezembro de 2022	128.032	94.163	167.915	1.679	815	(3.300)	15.422	888	405.614
Creditado (debitado) na demonstração do resultado	5.733	35.189	(1.099)	(703)	124	(43)	1.568	(9)	40.760
Creditado (debitado) no patrimônio líquido	2.320	-	-	-	316	-	-	-	2.636
Ativo em 31 de dezembro de 2023	<u>136.085</u>	<u>129.352</u>	<u>166.816</u>	<u>976</u>	<u>1.255</u>	<u>(3.343)</u>	<u>16.990</u>	<u>879</u>	<u>449.010</u>

c. Realização

Os ativos fiscais diferidos referem-se a diferenças temporárias, sendo que eles serão aproveitados à medida que as respectivas provisões que serviram de base para a constituição do imposto ativo sejam realizadas.

A Companhia possui projeções de realizar os créditos, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
2024	-	28.163
2025	32.230	69.264
2026	72.776	58.474
2027	63.021	66.272
2028 em diante	<u>285.203</u>	<u>226.837</u>
	<u><u>453.230</u></u>	<u><u>449.010</u></u>

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social.

Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

10 Transação com partes relacionadas

A Companhia é controlada diretamente pela Naturgy Distribución Latinoamérica S/A (54,16% do capital votante), que, por sua vez é controlada pela Naturgy Energy Group S/A (99,99% do capital votante). As demais ações estão distribuídas em mercado.

Os saldos em 31 de dezembro de 2024 são demonstrados como segue:

	Ativo circulante		Passivo Circulante		Receitas		Despesas	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
A receber/pagar								
Controladora indireta:								
Naturgy Energy Group S.A. (a)	-	-	5.714	1.000	-	-	9.826	15.242
Controle Comum:								
Gás Fenosa Engineering (b)	-	-	-	-	9	35	-	-
CEG Rio S.A. (c)	2.477	485	-	-	24.860	23.777	-	-
LEAN CORPORATE SERVICES S.L. (d)	-	-	-	-	-	-	736	984
LEAN CUSTOMER SERVICES SL (e)	-	-	-	-	-	-	1.015	1.249
Gás Natural São Paulo Sul S.A. (f)	761	224	-	-	537	534	-	-
Gás Natural Serviços S.A. (g)	11	11	-	-	794	805	2	-
Gás Natural do Brasil S.A. (h)	-	3	-	-	36	37	-	-
	<u>3.249</u>	<u>723</u>	<u>5.714</u>	<u>1.000</u>	<u>26.236</u>	<u>25.188</u>	<u>11.579</u>	<u>17.475</u>
JCP e Dividendos								
Naturgy DL S.A (i)	-	-	70.714	80.321	-	-	-	-
Pluspetrol Energy (j)	-	-	2.946	3.347	-	-	-	-
Dinâmica energia (k)	-	-	12.697	14.147	-	-	-	-
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (l)	-	-	45.116	51.245	-	-	-	-
Outras partes relacionadas (i)	-	-	285	307	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>131.758</u>	<u>149.367</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u><u>3.249</u></u>	<u><u>723</u></u>	<u><u>137.472</u></u>	<u><u>150.367</u></u>	<u><u>26.236</u></u>	<u><u>25.188</u></u>	<u><u>11.579</u></u>	<u><u>17.475</u></u>

Os saldos referem-se substancialmente de:

- (a) Prestação de serviços abrangendo os serviços de comunicações, gestão de licenças corporativas e outros, esse contrato não possui atualização monetária e prestação de serviços abrangendo os serviços de Infraestrutura, serviço de processamento e rede de segurança e atendimento/suporte ao usuário; reajustado anualmente pelo IPC espanhol e sujeito a variação cambial (Euro).
- (b) Prestação de serviços de cooperação técnica abrangendo finanças e administração, controladoria, contabilidade, consolidação, impostos, serviços financeiros, auditoria interna, planificação de ingressos, relações laborais, comunicações, compras e serviços gerais, controle de projetos e processos, informação e sistema, desenvolvimento de

operações e análises de procedimentos de qualidade, desenvolvimento de procedimentos de treinamento e atualização em normas e cessão de uso de espaço.

- (c) Prestação de serviços de assessoria corporativa (abrangendo os âmbitos comerciais, técnicos, planejamento, RH, jurídico, administrativo econômico-financeiro, marketing, relações externas, compras e serviços gerais), sendo esse contrato assinado por prazo indeterminado e reajustado anualmente pela variação do IPCA; locação de imóvel administrativo, sendo esse contrato assinado por prazo indeterminado e reajustado anualmente pelo INPC; e cessão de capacidade; esse contrato terá vigência até o fim da concessão sendo prorrogado automaticamente na hipótese de renovação da concessão e reajustado anualmente pela variação do IGP-M.
- (d) Prestação de serviços abrangendo serviços de manutenção e desenvolvimento de sistemas que suportam as atividades do centro de serviços compartilhados econômico-financeiro, compras e processos administrativos da área de pessoas; reajustado anualmente pelo IPC espanhol e sujeito a variação cambial (Euro).
- (e) Prestação de serviços de informática abrangendo serviços de manutenção e desenvolvimento de sistemas que suportam as atividades de leitura, faturamento e cobrança e atendimento a clientes; reajustado anualmente pelo IPC espanhol e sujeito a variação cambial (Euro).
- (f) Prestação de serviços abrangendo os âmbitos de gestão de RH, comercial, planejamento estratégico, procedimentos de qualidade, treinamento, atualização e cooperação técnico administrativa.
- (g) Prestação de serviços abrangendo os âmbitos técnico administrativo para o desenvolvimento do escopo de serviços da GNS, sendo esse contrato assinado com cláusula de renovação automática e reajustado anualmente pelo IPCA; cessão de direito de créditos decorrentes do plano de assistência, sendo esse contrato assinado com prazo indeterminado e seu valor calculado através de percentual sobre o valor cedido; locação de imóvel administrativo, sendo esse contrato assinado por prazo indeterminado e reajustado anualmente pelo IPCA.
- (h) Contrato de locação de imóvel administrativo, sendo esse contrato assinado por prazo indeterminado e reajustado anualmente pelo IGP-M.
- (i) Refere-se ao pagamento de dividendos sob a forma de juros sobre o capital próprio conforme Nota 18.2 (d).

Termos e condições de transações com partes relacionadas

As vendas e compras envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços acordados pelas partes. Os saldos em aberto no fim do período não estão atrelados a garantias, não estão sujeitos a juros de mora e são liquidados em dinheiro, estando, contudo, o inadimplemento contratual sujeito a penalidades. Não houve garantias fornecidas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas.

Adicionalmente, a Companhia informa que os contratos celebrados com partes relacionadas foram objetos de estudos e análises por consultor externo, demonstrando que os preços e condições não geram desequilíbrio econômico-financeiro para qualquer das Partes contratantes.

11 Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros, diretores e membros do Comitê de Auditoria. A remuneração paga ou a pagar, incluindo os encargos legais, está demonstrada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Honorários de membros dos conselhos	4.324	3.296
Honorários de diretoria estatutária	5.737	7.242
Planos de aposentadoria e pensão	179	167
Outros benefícios	931	847
	11.171	11.552

12 Depósitos judiciais

	31/12/2024	31/12/2023
ICMS	5.378	5.022
Imposto de renda	9.897	9.499
Processo administrativo - SRF (a)	7.740	7.338
CIDE (b)	14.320	13.705
Penhora judicial (c)	11.554	10.992
Trabalhistas (d)	3.171	3.907
Ação cível (e)	16.209	12.908
	68.269	63.371

- a) Refere-se a depósito para obtenção, junto à Secretaria da Receita Federal, de Certidão Positiva com efeito de Negativa, tendo em vista se tratar de cobrança por suposta falta de recolhimento de PIS incluído da Declaração de Débitos e Créditos Federais - DCTF. A correspondente provisão não foi registrada, pois a Administração e seus consultores jurídicos estimam que os autos são improcedentes. Foi feito um pedido de liminar em Mandado de Segurança para a suspensão da exigibilidade do tributo para obtenção da Certidão Fiscal.
- b) Refere-se à Contribuição sobre Intervenção de Domínio Econômico - CIDE (Nota Explicativa nº 21.a.i).
- c) Refere-se a penhoras em ações trabalhistas (R\$ 2.723) e cíveis (R\$ 8.831).
- d) Refere-se a depósitos para recursos de processos trabalhistas de ex-funcionários e terceirizados. Devido à quantidade de processos não há o que destacar, já que os valores estão pulverizados.
- e) Refere-se a depósitos judiciais para recurso de processos cíveis basicamente movidos por reclamações de consumidores que não apresentam individualmente relevância.

Todos os depósitos judiciais são atualizados mensalmente.

13 Intangível

	Concessão para exploração de serviços públicos (a)	Servidões de passagem (b)	Software	Contrato de concessão (c)	Total em operação	Contrato de concessão em andamento	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024	37.589	1	76.409	2.204.211	2.318.210	140.322	2.458.532
Aquisição	-	-	22.170	57.492	79.662	163.440	243.102
Transferência para intangível em operação	-	-	-	188.957	188.957	(188.957)	-
Amortização	(11.276)	-	(22.632)	(120.674)	(154.582)	-	(154.582)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	26.313	1	75.947	2.329.986	2.432.247	114.805	2.547.052
Custo total	136.735	3.628	300.491	4.152.218	4.593.072	114.805	4.707.877
Amortização acumulada	(110.422)	(3.627)	(224.544)	(1.822.232)	(2.160.825)	-	(2.160.825)
Valor residual	26.313	1	75.947	2.329.986	2.432.247	114.805	2.547.052
Taxas anuais de amortização (%)	8	5, 6, 7	20				

	Concessão para exploração de serviços públicos (a)	Servidões de passagem (b)	Software	Contrato de concessão (c)	Total em operação	Contrato de concessão em andamento	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2023	48.865	3	53.608	2.137.664	2.240.140	80.467	2.320.607
Aquisição	-	-	40.851	54.785	95.636	187.280	282.916
Transferência para intangível em operação	-	-	-	127.425	127.425	(127.425)	-
Amortização	(11.276)	(2)	(18.050)	(115.663)	(144.991)	-	(144.991)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	37.589	1	76.409	2.204.211	2.318.210	140.322	2.458.532
Custo total	136.735	3.628	278.321	3.905.769	4.324.453	140.322	4.464.775
Amortização acumulada	(99.146)	(3.627)	(201.912)	(1.701.558)	(2.006.243)	-	(2.006.243)
Valor residual	37.589	1	76.409	2.204.211	2.318.210	140.322	2.458.532
Taxas anuais de amortização (%)	8	5, 6, 7	20				

- (a) Contrato para exploração de serviços públicos referente ao aditivo contratual firmado entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro em 1º de dezembro de 2014, em que a Companhia passa a deter o direito de abastecer as regiões de Mangaratiba e Maricá com GNC/GNL.
- (b) Servidões de passagem são custos necessários para utilização, pela Companhia, de propriedades de terceiros para passagens da rede de distribuição.
- (c) Contrato de concessão é composto da seguinte forma:

**Companhia Distribuidora de
Gás do Rio de Janeiro S.A. – CEG**
Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Terrenos	Edificações e obras civis	Instalações	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática hardware	Móveis e utensílios	Veículos	Rede de gás	Outros	Total contrato de concessão
Saldos em 1º de janeiro de 2024	1.890	19.918	990	101.105	2.038	2.201	121	2.071.730	4.218	2.204.211
Aquisição	-	-	-	53.011	-	447	-	377	3.657	57.492
Transferência para intangível em operação	-	-	-	-	-	-	-	188.957	-	188.957
Amortização	-	(1.330)	(82)	(30.257)	(831)	(771)	(104)	(84.390)	(2.909)	(120.674)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.890	18.588	908	123.859	1.207	1.877	17	2.176.674	4.966	2.329.986
Custo total	1.890	55.091	11.569	414.109	38.403	21.295	20.696	3.555.212	33.953	4.152.218
Amortização acumulada	-	(36.503)	(10.661)	(290.250)	(37.196)	(19.418)	(20.679)	(1.378.538)	(28.987)	(1.822.232)
Valor contábil atual	1.890	18.588	908	123.859	1.207	1.877	17	2.176.674	4.966	2.329.986
Taxas anuais de amortização (%)	-	4	4	5 e 10	20	10	20	3	33	

	Terrenos	Edificações e obras civis	Instalações	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática hardware	Móveis e utensílios	Veículos	Rede de gás	Outros	Total contrato de concessão
Saldos em 1º de janeiro de 2023	1.890	21.266	1.072	77.392	3.133	2.779	225	2.023.414	6.493	2.137.664
Aquisição	-	-	-	52.250	-	390	-	638	1.507	54.785
Transferência para intangível em operação	-	-	-	-	-	-	-	127.425	-	127.425
Amortização	-	(1.348)	(82)	(28.537)	(1.095)	(968)	(104)	(79.747)	(3.782)	(115.663)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.890	19.918	990	101.105	2.038	2.201	121	2.071.730	4.218	2.204.211
Custo total	1.890	55.091	11.569	361.098	38.403	20.848	20.696	3.365.878	30.296	3.905.769
Amortização acumulada	-	(35.173)	(10.579)	(259.993)	(36.365)	(18.647)	(20.575)	(1.294.148)	(26.078)	(1.701.558)
Valor contábil atual	1.890	19.918	990	101.105	2.038	2.201	121	2.071.730	4.218	2.204.211
Taxas anuais de amortização (%)	-	4	4	5 e 10	20	10	20	3	33	

Os juros capitalizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram de R\$ 6.817 (R\$ 9.878 em 31 de dezembro de 2023) à taxa média de 12,54% (14,97% em 31 de dezembro de 2023).

14 Obrigações por arrendamento

A Companhia possui arrendamento com itens de terrenos, edificações e veículos. O prazo de arrendamento de terrenos é de cinco anos, edificações varia entre um (superior a um e inferior a dois) e oito anos enquanto veículos é superior a um ano e inferior a dois anos. A tabela abaixo evidencia os prazos e suas respectivas taxas:

Contratos por prazo e taxa de desconto	
Prazos contratos	Taxa % a.a.
Superior a 1 ano até 8 anos	8,45 a 11,45

Os contratos de arrendamentos referem-se a arrendamentos de terrenos, edificações e veículos. Para todos os contratos de operações de arrendamento mercantil, a Companhia reconheceu ativos representando o direito de uso (imobilizado arrendado) e passivos de arrendamento. A companhia aplicou as isenções de reconhecimento previstas no CPC 06 (R2) para os contratos com prazo de doze meses ou menos e/ou com valor do ativo objeto do arrendamento não significativo (até R\$ 32 equivalente a 5 mil Euros).

Os saldos de arrendamento, em 31 de dezembro de 2024, são de R\$ 16.475 (R\$ 14.822 em 31 de dezembro de 2023) no ativo e R\$ 19.919 (R\$ 17.668 em 31 de dezembro de 2023) no passivo, respectivamente, conforme aplicação do CPC 06 (R2).

14.1 Ativo de direito de uso

As movimentações dos ativos de direito de uso são:

Ativo de direito de uso	Saldo inicial 31/12/2023	Adição	Amortizações	Saldo final 31/12/2024	Prazo médio contratual - (anos)
Terrenos	4	-	(4)	-	5,42
Edificações	14.546	587	(4.141)	10.992	3,12
Veículos	272	7.800	(2.589)	5.483	1,00
Total - ativo de direito de uso	14.822	8.387	(6.734)	16.475	

Ativo de direito de uso	Saldo inicial 1º/1/2023	Adição	Amortizações	Saldo final 31/12/2023	Prazo médio contratual - (anos)
Terrenos	15	-	(11)	4	5,42
Edificações	6.336	11.061	(2.851)	14.546	3,12
Veículos	425	1.370	(1.523)	272	1,00
Total - ativo de direito de uso	6.776	12.431	(4.385)	14.822	

A seguir é apresentado quadro indicativo do direito de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento/locação do contrato da sede administrativa, conforme períodos previstos para pagamento. Saldos não descontados e saldos descontados a valor presente.

	Nominal	Ajustado a valor presente
Fluxos de caixa (31 de dezembro de 2024)		
Contraprestação do arrendamento	13.349	11.955
PIS/COFINS potencial	1.235	1.106

	Nominal	Ajustado a valor presente
Fluxos de caixa (31 de dezembro de 2023)		
Contraprestação do arrendamento	17.719	15.242
PIS/COFINS potencial	1.639	1.410

14.2 Obrigações por arrendamento

As movimentações das obrigações por arrendamento são:

Passivo de arrendamento	Saldo inicial 31/12/2023	Encargos financeiros	Adição (*)	Baixa	Pagamentos principal	Pagamentos juros	Saldo final 31/12/2024
Terrenos	6	1	-	-	(7)	-	-
Edificações	17.421	4.391	588	-	(5.141)	(1.187)	16.072
Veículos	241	888	7.800	(2.245)	(2.600)	(237)	3.847
Total - passivo de arrendamento	17.668	5.280	8.388	(2.245)	(7.748)	(1.424)	19.919

Passivo de arrendamento	Saldo inicial 1º/1/2023	Encargos financeiros	Adição	Baixa	Pagamentos principal	Pagamentos juros	Saldo final 31/12/2023
Terrenos	19	2	-	-	(14)	(1)	6
Edificações	8.720	2.306	11.061	-	(3.620)	(1.046)	17.421
Veículos	434	148	1.370	(89)	(1.570)	(52)	241
Total - passivo de arrendamento	9.173	2.456	12.431	(89)	(5.204)	(1.099)	17.668

(*) Adição referente ao reajuste do contrato da sede corporativa na Barra da Tijuca e contrato de aluguel de veículos.

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os saldos das obrigações por arrendamento são compostos da seguinte forma:

31 de dezembro de 2024	Tipo de taxa	Taxa nominal a.a. (%)	Circulante	Não circulante	Total
Terrenos	Fixa	11,45	-	-	-
Edificações (*)	Fixa	8,45 a 11,45	5.255	10.818	16.073
Veículos	Fixa	10,75	1.969	1.877	3.846
Total - obrigação por arrendamento			7.224	12.695	19.919

**Companhia Distribuidora de
Gás do Rio de Janeiro S.A. – CEG**
Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

31 de dezembro de 2023	Tipo de taxa	Taxa nominal	Circulante	Não circulante	Total
		a.a. (%)			
Terrenos	Fixa	11,45	6	-	6
Edificações (*)	Fixa	8,45 a 11,45	670	16.752	17.422
Veículos	Fixa	10,75	240	-	240
Total - obrigação por arrendamento			<u>916</u>	<u>16.752</u>	<u>17.668</u>

(*) As taxas são definidas de acordo com o prazo de cada contrato.

Em 31 de dezembro de 2024, as parcelas relativas às obrigações por arrendamento no passivo circulante e não circulante têm os seguintes vencimentos:

	Até	Janeiro de	Valores nominais	Valor presente
	dezembro de 2025	dezembro de 2026 a 2027		
Terrenos	-	-	-	-
Edificações	5.271	9.911	15.182	16.073
Veículos	1.677	2.123	3.800	3.846
Total	<u>6.948</u>	<u>12.034</u>	<u>18.982</u>	<u>19.919</u>

O valor presente, principal e de juros em 31 de dezembro de 2024, para os contratos acima, foi estimado mês a mês, com base na taxa média incremental dos empréstimos da Companhia de 11,45% (imóveis), 8,45% a 11,45% (edificações) e 10,75% (veículos).

Em 31 de dezembro de 2024, as despesas de depreciação para os contratos acima foram de R\$ 6.734 (R\$ 4.385 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023) e as despesas de juros sobre passivos de arrendamento foram de R\$ 1.424 (R\$ 1.099 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023).

Os valores de arrendamentos considerados de baixo valor e/ou cujo prazo é de 12 meses ou menos foram reconhecidos como despesa de aluguel no resultado do exercício. O montante total reconhecido no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 10.600 (R\$ 9.011 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023).

15 Fornecedores

	31/12/2024	31/12/2023
De gás (a)	342.581	385.472
De serviços	115.527	113.170
De materiais e outros	840	7.097
	<u>458.948</u>	<u>505.739</u>

(a) A Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras é o único fornecedor de gás natural comprado pela Companhia, de acordo com o contrato celebrado entre as partes em 30 de outubro de 2024 com vigência até 31 de dezembro de 2034.

16 Empréstimos e financiamentos

	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e financiamentos		
Linhas de crédito	<u>1.166.905</u>	<u>1.218.313</u>
	<u>1.166.905</u>	<u>1.218.313</u>
Total do passivo		
Circulante	499.806	141.784
Não circulante	<u>667.099</u>	<u>1.076.529</u>
	<u>1.166.905</u>	<u>1.218.313</u>

Os empréstimos e financiamentos estão representados por recursos captados para garantir a estrutura de capital necessária para a consecução do objeto social da Companhia. Os referidos empréstimos não apresentam cláusulas restritivas e garantias.

A composição dos empréstimos em moeda nacional pode ser assim demonstrada:

				31/12/2024		31/12/2023	
				Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
				Indexadores	Vencimento		
Banco Bradesco S.A.	CDI+1,90%	23/11/2026	(a)	289	29.893	296	29.625
	CDI+1,90%	23/11/2026	(a)	481	49.822	494	49.775
	CDI+1,90%	23/11/2026	(a)	481	49.822	772	50.000
Banco de Tokyo	CDI+1,64%	18/05/2026	(a)	12.085	150.291	14.029	151.040
	CDI+1,45%	11/04/2025	(a)	108.815	-	10.722	100.149
Banco Santander S.A.	CDI+1,89%	20/10/2026	(a)	-	39.966	(138)	35.226
	CDI+1,90%	20/10/2026	(a)	-	27.068	(91)	23.857
	CDI+0,95%	10/10/2025	(a)	61.225	-	1.564	59.952
Banco Citibank	CDI+1,75%	16/05/2024	(a)	-	-	50.538	(375)
Banco do Brasil	CDI+1,71%	07/04/2026	(a)	5.228	160.208	5.413	160.951
	CDI+1,71%	07/04/2026	(a)	3.317	100.143	3.433	100.657
ING Mizuho	CDI+1,60%	20/05/2024	(a)	3.362	30.000	32.673	-
Banco Intesa San Paolo	CDI+1,75%	04/04/2025	(a)	43.562	-	3.839	39.891
	CDI+1,90%	07/12/2026	(a)	116	29.886	142	30.000
Banco Itaú	CDI+1,78%	07/04/2025	(a)	48.969	-	5.021	44.874
	CDI+1,78%	07/04/2025	(a)	115.936	-	12.148	106.253
	CDI+1,90%	21/11/2025	(a)	45.445	-	440	44.836
	CDI+1,90%	21/11/2025	(a)	50.495	-	489	49.818
				499.806	667.099	141.784	1.076.529

(a) Os empréstimos renegociados não tiveram modificações substanciais em seus termos que resultasse no desconhecimento da dívida. Dessa forma, a Companhia recalculou o custo amortizado dos empréstimos considerando o valor presente dos fluxos de caixa contratuais futuros estimados descontados à taxa de juros efetiva original do empréstimo, reconhecendo o montante de R\$ 3.801 (R\$ 3.311 em 31 de dezembro de 2023) referente ao ganho decorrente da modificação dos termos da dívida.

O vencimento dos empréstimos a longo prazo é o seguinte:

	31/12/2024	31/12/2023
2025	-	444.377
2026	<u>667.099</u>	<u>632.152</u>
	<u>667.099</u>	<u>1.076.529</u>

Mapa de movimentação dos empréstimos

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo inicial	1.218.313	1.250.329
Pagamento do principal	(50.000)	-
Juros provisionados	142.434	171.396
Juros pagos	(141.486)	(203.633)
Custos amortizados no exercício	(2.356)	221
Saldo final	<u>1.166.905</u>	<u>1.218.313</u>

17 Tributos a recolher

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
ICMS	46.482	37.173
IRPJ e Contribuição Social a pagar	63.184	53.764
COFINS	8.613	8.141
PIS	1.859	1.102
CS/PIS/COFINS terceiros	2.409	2.109
INSS terceiros	2.347	1.686
ISS terceiros	1.208	1.184
Outros	5.837	5.804
	<u>131.939</u>	<u>110.963</u>

18 Conciliação de alíquota nominal e efetiva de imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e de contribuição social relacionadas aos exercícios abaixo estão reconciliadas às alíquotas nominais como segue:

	<u>31/12/2024</u>		<u>31/12/2023</u>	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>761.661</u>	<u>761.661</u>	<u>875.685</u>	<u>875.685</u>
Despesa de imposto de renda e da contribuição social, às alíquotas nominais de 25% e 9%	<u>(190.415)</u>	<u>(68.549)</u>	<u>(218.921)</u>	<u>(78.812)</u>
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva				
Juros sobre o capital próprio	21.381	7.697	19.121	6.883
Adições permanentes	(4.065)	(1.463)	(5.552)	(1.998)
Incentivos fiscais	508	-	532	4
Imposto de renda e contribuição social de acordo no resultado do exercício	<u>(172.591)</u>	<u>(62.315)</u>	<u>(204.820)</u>	<u>(73.923)</u>
Imposto corrente	(194.873)	(70.337)	(234.824)	(84.724)
Imposto diferido	22.282	8.022	30.004	10.801
	<u>(172.591)</u>	<u>(62.315)</u>	<u>(204.820)</u>	<u>(73.923)</u>
Alíquota efetiva	23%	8%	23%	8%

19 Patrimônio líquido

19.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social de R\$644.460 está representado por 259.638 mil ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade dos seguintes acionistas:

	Capital (%)
Residentes no exterior:	
Naturgy Distribución Latinoamérica, S.A.	54,16%
Pluspetrol Energy Sociedad Anónima	2,26%
Residentes no país:	
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	34,56%
Fundo de Investimento em Ações - Dinâmica Energia	8,84%
Outros (e ações em tesouraria)	0,18%
	<hr/> 100,00%

O capital dos acionistas residentes no exterior está integralmente registrado no Banco Central do Brasil.

19.2 Reserva de lucros, ajuste de avaliação patrimonial e lucros acumulados

São compostos como segue:

a. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

b. Reserva de expansão

A reserva de expansão refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos Administradores da Companhia.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 29 de abril de 2024, foi aprovada a constituição de R\$ 206.247 a título do reserva de expansão que, adicionada ao saldo anterior de R\$ 309.320, perfaz o total de R\$ 515.567.

c. Destinação dos lucros para distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. A Companhia tem utilizado o facultado pelo artigo 9º da Lei nº 9.249/1995, quanto aos juros sobre o capital próprio a título de remuneração aos acionistas, determinados com base na variação “pro rata” dia da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), aplicada sobre o patrimônio líquido.

**Companhia Distribuidora de
Gás do Rio de Janeiro S.A. – CEG**
Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 15 de dezembro de 2023, foi aprovada a proposta de pagamento de dividendos na forma juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 76.483 pagos em 25 de julho de 2024, que líquido de impostos representa R\$ 66.031.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 29 de abril de 2024, foi aprovada a distribuição de dividendos, no montante de R\$ 314.485, sendo R\$ 83.272 referentes ao mínimo obrigatório e R\$ 231.213 complementar, pagos em 2 parcelas, a primeira no valor de R\$ 190.544 paga em 25 de julho de 2024 e a segunda no valor de R\$ 189.972 paga em 16 de dezembro de 2024.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 16 de dezembro de 2024, foi aprovada a proposta de pagamento de dividendos na forma juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 85.526 a serem pagos em 30 de julho de 2025, que líquido de impostos representa R\$ 73.839.

O dividendo mínimo obrigatório no valor de R\$ 57.850 foi registrado de forma a atender a distribuição mínima de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após as deduções previstas em lei, conforme disposto no Estatuto da Companhia.

Há ainda no passivo dividendos residuais de períodos anteriores no montante de R\$ 69 em 30 de dezembro de 2024 (R\$ 64 em 31 de dezembro de 2023).

Os valores aprovados e pagos em 2024 estão demonstrados abaixo:

Distribuição de resultado de 2023

Juros sobre o capital próprio	66.031
Dividendos mínimo obrigatório	83.272
Dividendos aprovados em AGE (abril/24)	231.213
Total distribuído – Ano base 2024	<u>380.516</u>

Conforme definido no Estatuto Social, a Companhia distribui aos acionistas dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido ajustado.

Os juros sobre o capital próprio e dividendos foram calculados como segue:

	2024	2023
Lucro líquido	<u>526.755</u>	<u>596.943</u>
Ganho NIIF 16	<u>-</u>	<u>271</u>
Base de cálculo dos dividendos	<u>526.755</u>	<u>597.214</u>
Dividendos mínimos obrigatórios 25%	<u>131.689</u>	<u>149.303</u>
Distribuição proposta		
Juros sobre o capital próprio (bruto)	85.526	76.483
IRRF sobre o JCP	<u>(11.687)</u>	<u>(10.452)</u>
Dividendos a pagar	<u>57.850</u>	<u>83.272</u>
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	25%	25%

d. Lucro por ação

O cálculo básico de lucro por ação é computado conforme preconizado pelo CPC 41 - Resultado por Ação, sendo o lucro líquido dividido pela quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, conforme segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Numerador		
Lucro líquido	526.755	596.943
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações em circulação	<u>259.638</u>	<u>259.638</u>
Lucro por ação básico e diluído por ações ordinárias	<u><u>2,02881</u></u>	<u><u>2,29914</u></u>

Nos exercícios observados não existiam diferenças entre o resultado por ação básico e diluído, uma vez que a Companhia não possuía nenhum instrumento dilutivo.

20 Obrigações com fundo de pensão

O fundo de pensão é administrado pelo Instituto de Seguridade Social da CEG - Gasius, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e de personalidade jurídica própria, instituída em 1987, patrocinada pela Companhia e que tem por finalidade suplementar benefícios previdenciários aos empregados da Companhia.

	31/12/2024	31/12/2023
Nº participantes Gasius		
Ativos	9	9
Assistidos	<u>927</u>	<u>950</u>
	<u><u>936</u></u>	<u><u>959</u></u>

A Companhia é mantenedora dos seguintes planos de benefícios:

Planos de benefícios

(iv) Complementação de Aposentadoria tipo Benefício Definido (Plano BD)

Plano de benefício definido puro, em fase de extinção, instituído em 1987, o qual foi fechado a novas adesões em junho de 2004 e continua mantido apenas para os participantes assistidos e pensionistas e para alguns empregados ainda ativos, em caráter residual.

As contribuições da Companhia apresentam como se segue:

Contribuição normal

Destina-se à acumulação de recursos necessários à concessão dos benefícios de renda vitalícia e custeio das despesas administrativas do plano. É idêntica às contribuições dos participantes e assistidos.

Contribuição especial

Destina-se à acumulação de recursos necessários à concessão dos benefícios de renda vitalícia e custeio das despesas administrativas do plano. Representa 6,3175 vezes as contribuições dos participantes e assistidos. Essa contribuição teve sua cobrança suspensa no ano 2011.

(v) Plano de aposentadoria do ano 1990

Refere-se a benefício de complementação de aposentadoria paga pela Companhia a 13 empregados que no ano de 1990 aderiram ao plano especial de desligamento. A esses empregados é paga uma renda mensal vitalícia, não transferível a dependentes, sendo os valores desses benefícios atualizados com a mesma periodicidade e, no mesmo percentual base, concedido aos empregados ativos por força dos acordos coletivos de trabalho.

	2024	2023
Nº participantes Assistidos	5	6

(vi) Prêmio aposentadoria

Contempla benefício a ser pago a alguns empregados na data em que se desligarem da Companhia por aposentadoria. Esse prêmio é garantido aos atuais admitidos antes de 31 de dezembro de 1997, e que vierem a se afastar da Companhia em decorrência de aposentadoria concedida pelo regime da previdência oficial. O valor individual do prêmio é calculado com base no salário do empregado e no tempo de serviço prestado à Empresa, sendo seu valor individual máximo equivalente a sete remunerações para empregados que, em 31 de dezembro de 1997, contavam 35 anos ou mais de serviço prestado à Companhia.

	2024	2023
Nº participantes Assistidos	2	2

(vii) Plano de saúde para aposentados

Os planos de assistência médica oferecidos pela Companhia são estruturados na modalidade de pré-pagamento, ou seja, a Operadora de plano de saúde cobra um prêmio mensal per capita para cobertura dos serviços de assistência à saúde.

Os planos de saúde são concedidos a um grupo fechado de aposentados (e seus dependentes legais) inscritos no plano até 17 de junho de 1998, anteriormente ao processo de privatização da CEG. Para os empregados admitidos até aquela data e que vierem a se desligar por motivos de aposentadoria, é oferecida a manutenção no plano pelo período de sete anos e meio, a contar da data de afastamento definitiva, sendo extensivo a seus dependentes legais.

O plano de saúde passou a ser não contributivo para empregados admitidos a partir de fevereiro de 2011, para empregados que contribuíram até essa data foi dada a opção de realizar a migração mediante assinatura de Termo de Adesão. Os titulares inscritos no plano efetuam contribuições ao plano a título de coparticipação nos eventos de pequeno risco.

	2024	2023
Nº participantes		
Ativos	125	129
Assistidos	897	895
	<u>1.022</u>	<u>1.024</u>

As contribuições da Companhia para o plano de previdência administrado pelo fundo de pensão e para custeio do plano de saúde administrado diretamente pela CEG totalizaram:

**Companhia Distribuidora de
Gás do Rio de Janeiro S.A. – CEG**
Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	31/12/2024	31/12/2023
Fundo de pensão (Gásius)	2.372	3.284
Assistência médica	13.876	13.578
Plano de aposentadoria do ano 1990	99	592
	16.347	17.454

A composição das obrigações registradas no balanço patrimonial é:

	31/12/2024	31/12/2023
Benefícios especiais de aposentadoria (Plano 90)	2.550	3.478
Prêmio aposentadoria	193	127
Assistência médica para aposentados	271.086	332.181
	273.829	335.786
Circulante	173.516	137.304
Não circulante	100.313	198.482
	273.829	335.786

A movimentação do passivo atuarial em conformidade com a Resolução CVM nº 110/2023 pode ser assim demonstrada:

Obrigações com benefícios definidos em 1º de janeiro de 2023	315.511
Custos dos juros	30.159
Custo do serviço corrente	749
Benefícios pagos	(18.513)
Remensurações das premissas atuariais	7.880
Obrigações com benefícios definidos em 31 de dezembro de 2023	335.786
Custos dos juros	32.988
Custo do serviço corrente	(1.855)
Benefícios pagos	(22.306)
Remensurações das premissas atuariais	(70.784)
Obrigações com benefícios definidos em 31 de dezembro de 2024	273.829

**Companhia Distribuidora de
Gás do Rio de Janeiro S.A. – CEG**
Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

A movimentação na obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	Plano de benefícios GASIU	Benef. Esp. de aposent. (plano 90)	Prêmio aposentadoria	Assistência médica para aposentados
Em 1º de janeiro de 2023	-	4.385	86	311.039
Custo do serviço corrente	3	-	-	748
Juros sobre obrigações atuariais	38.008	397	7	29.883
Juros/ (rendimento) sobre o valor justo do ativo do plano	(44.668)	-	-	-
Juros sobre o (limite máximo de reconhecimento de ativos) / passivo oneroso	6.531	-	-	-
Reconhecimento de ganhos/perdas Atuariais	3.409	(711)	34	4.088
Benefícios pagos	(3.283)	(593)	-	(13.577)
Em 31 de dezembro de 2023	-	3.478	127	332.181
Custo do serviço corrente	(2.539)	-	-	683
Juros sobre obrigações atuariais	39.098	318	6	32.668
Juros/ (rendimento) sobre o valor justo do ativo do plano	(46.078)	-	-	-
Juros sobre o (limite máximo de reconhecimento de ativos) / passivo oneroso	6.976	-	-	-
Reconhecimento de ganhos/perdas Atuariais	4.915	(1.147)	60	(80.570)
Benefícios pagos	(2.372)	(99)	-	(13.876)
Em 31 de dezembro de 2024	-	2.550	193	271.086

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguinte:

	Plano de benefícios GASIU
Em 1º de janeiro de 2023	470.299
Rendimento esperado	44.668
Ganhos (perdas) atuariais nos ativos do plano	(4.044)
Contribuições da patrocinadora	134
Contribuições dos participantes	3.321
Benefícios pagos	(42.653)
Em 31 de dezembro de 2023	471.725
Rendimento esperado	46.078
Ganhos (perdas) atuariais nos ativos do plano	(29.679)
Contribuições da patrocinadora	2.401
Contribuições dos participantes	2.398
Benefícios pagos	(47.582)
Em 31 de dezembro de 2024	445.341

A composição dos ativos do plano de pensão Gasius é a seguinte:

	2024	2023
Renda fixa		
Títulos públicos federais	322.241	324.984
Fundos de investimento de renda fixa	39.355	55.957
	361.596	380.941
Títulos de renda variável	54.495	65.623
Investimento imobiliário	23.093	26.937
Outros ativos	5.770	25.853
	83.358	118.413
	444.954	499.354

A conciliação dos valores do plano de pensão Gasius é a seguinte:

**Companhia Distribuidora de
Gás do Rio de Janeiro S.A. – CEG**
Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	2024	2023
Plano de benefícios - GASIUS		
Valor presente das obrigações atuariais	347.888	405.369
Valor justo dos ativos do plano	<u>(445.341)</u>	<u>(471.725)</u>
Superavit	(97.453)	(66.356)
Limite assunção de dívida (*)	<u>97.453</u>	<u>66.356</u>
Passivo líquido	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>

(*) Passivo atuarial não reconhecido pois o montante é inferior à dívida de plano de pensão ("assunção de dívida") presentemente reconhecida.

	2024	2023
Benefício especial de aposentadoria		
Valor presente das obrigações atuariais	<u>2.550</u>	<u>4.385</u>
Prêmio aposentadoria		
Valor presente das obrigações atuariais	<u>193</u>	<u>86</u>
Assistência médica a aposentados		
Valor presente das obrigações atuariais	<u>271.086</u>	<u>311.039</u>

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado e do resultado abrangente são:

	Plano de benefícios GASIUS	Benef. Esp. de aposent. (plano 90)	Prêmio aposentadoria	Assistência médica para aposentados	Total
Custo do serviço corrente	(2.539)	-	-	684	(1.855)
Juros sobre obrigações atuariais	(4)	318	6	32.668	32.988
Benefícios pagos	<u>(2.372)</u>	<u>(99)</u>	<u>-</u>	<u>(13.876)</u>	<u>(16.347)</u>
	<u><u>(4.915)</u></u>	<u><u>219</u></u>	<u><u>6</u></u>	<u><u>19.476</u></u>	<u><u>14.786</u></u>
Resultado abrangente	<u>4.915</u>	<u>(1.147)</u>	<u>60</u>	<u>(80.570)</u>	<u>(76.742)</u>
Imposto de Renda e contribuição social					<u>26.092</u>
Resultado abrangente líquido de impostos					<u><u>(50.650)</u></u>

As principais premissas atuárias utilizadas nos cálculos das provisões, em 31 de dezembro de 2024, são as seguintes:

Hipóteses econômicas	
Taxa de desconto	
Plano Gasius	7,70% a.a.
Plano 90	8,10% a.a.
Plano Médico	7,65% a.a.
Crescimentos salariais futuros	1,00% a.a.
Inflação	4,50%
Hipóteses demográficas	
Tábua de mortalidade	AT-2000 segregada por sexo e suavizada em 10%
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB-57
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas

21 Provisão para contingências

A provisão para contingências foi constituída com base na expectativa da Administração da Companhia e de seus consultores jurídicos para as ações judiciais de natureza cíveis, tributárias e trabalhistas, considerando as diversas instâncias em que os processos se encontram. O montante da provisão é considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis em causas judiciais.

A composição das provisões de contingências, por natureza, é a seguinte:

	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas	53.950	39.531
Cíveis	46.005	36.080
Regulatória	135	137
Tributárias	427.526	414.891
	<u>527.616</u>	<u>490.639</u>

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	Adições	Baixas por reversão/ pagamento	31/12/2024
Trabalhistas	39.531	21.427	(7.008)	53.950
Cíveis	36.080	16.615	(6.690)	46.005
Regulatória	137	-	(2)	135
Tributárias	414.891	13.810	(1.175)	427.526
	<u>490.639</u>	<u>51.852</u>	<u>(14.875)</u>	<u>527.616</u>

	31/12/2022	Adições	Baixas por reversão/ pagamento	31/12/2023
Trabalhistas	38.753	7.701	(6.923)	39.531
Cíveis	54.667	28.743	(47.330)	36.080
Regulatória	1.576	63	(1.502)	137
Tributárias	398.873	18.229	(2.211)	414.891
	<u>493.869</u>	<u>54.736</u>	<u>(57.966)</u>	<u>490.639</u>

A Companhia possui R\$ 68.269 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 63.371 em 31 de dezembro de 2023) referente a valores depositados em juízo, por ordem judicial. Esses depósitos são atualizados monetariamente (Nota Explicativa nº 12).

Alguns desses depósitos não possuem provisão devido a seus autos não terem a classificação de perda provável conforme avaliação da Administração e seus consultores.

a. Contingências tributárias

A composição da provisão para contingências tributárias é a seguinte:

	31/12/2024	31/12/2023
Esfera		
Federal	426.837	413.157
Estadual	396	1.460
Municipal	293	274
	427.526	414.891

(i) Contingências tributárias com perdas prováveis

Desse montante podemos destacar os seguintes processos:

Ação Ordinária (2001.51.01.017353/0017353-50.2001-4.02-51101)

Questionamento sobre a incidência da CIDE. De acordo com a posição de nossos consultores jurídicos, apesar de existirem decisões favoráveis aos contribuintes sobre a incidência da CIDE, a maioria das decisões dos Tribunais de 2ª Instância tem sido desfavorável, dessa forma, estimamos como provável a expectativa de perda desse processo. Assim sendo, a Companhia contabilizou a provisão para perda do referido processo, cujo valor em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 14.320 (R\$ 13.705 em 31 de dezembro de 2023) e está suportado por depósitos judiciais.

Ação Ordinária (2007.51.01.025299-3)

Em setembro de 2005, a Companhia tomou ciência da decisão emitida pela Delegacia da Receita Federal de Administração Tributária do Rio de Janeiro - DERAT, que tornou sem efeito o reconhecimento do direito creditório das contribuições do PIS e da COFINS pagas em duplicidade em anos anteriores no valor nominal de R\$ 83.459. Por este motivo, a Companhia ingressou com ação anulatória de n.º 0025299-63.2007.4.02.5101, no TRF 2, visando desconstituir a decisão da União Federal que anulou o parecer decisório que permitia a compensação dos montantes de PIS e COFINS. O valor atualizado da causa, incluindo multas, atualização monetária (Selic) e compensação em duplicidade é de R\$ 525.332, em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 509.078 em 31 de dezembro de 2023). A sentença de 1ª instância condenou a Companhia a devolver o montante principal atualizado, excluindo a incidência de juros e a compensação em duplicidade, sentença esta que foi objeto de recursos de apelação tanto por parte da CEG quanto por parte da União Federal. As referidas apelações foram pautadas para julgamento em outubro de 2022 pelo TRF2, o que ocorreu parcialmente em função de pedido de vistas de uma desembargadora, contudo, o desembargador relator proferiu seu voto mantendo a sentença de 1ª instância. Tanto a Companhia, quanto à União Federal interpuseram novos recursos em face do acórdão prolatado, os quais encontram-se pendentes de julgamento. Considerando o andamento processual e contexto atuais, a classificação de risco de perda da causa permanece como provável, cujo saldo da provisão em 31 de dezembro de 2024 perfaz o montante de R\$ 407.656, sendo R\$ 104.821 de principal e R\$ 302.835 de encargos e atualização monetária (R\$ 394.682, sendo R\$ 104.821 de principal e R\$ 289.861 de encargos, em 31 de dezembro de 2023).

Ação Anulatória (5031634-22.2021.4.02.5101)

Em outubro de 2013, a Companhia iniciou processo referente a homologação parcial, por parte da Receita Federal, das compensações de créditos de COFINS cujo valor total atualizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 28.567 (R\$ 27.456 em 31 de dezembro de 2023). Em setembro de 2023, em função da conclusão do trabalho de perícia judicial realizado, os advogados da Companhia reavaliaram o prognóstico e estimam que parte do processo no valor de R\$ 2.085 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 2.004 em dezembro de 2023) tem probabilidade de perda provável, razão pela qual foi constituída provisão contábil deste valor, a outra parte no valor de R\$ 26.482 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 25.452 em dezembro de 2023) segue com prognóstico de perda possível.

Ademais, a Companhia tem registrado o valor correspondente a honorários advocatícios de êxito em ações judiciais de R\$ 3.182 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 3.163 em 31 de dezembro de 2023). A Companhia ainda dispõe de R\$ 283 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 1.336 em 31 de dezembro de 2023) relativos a outras causas com prognóstico provável de perda. A variação relevante nas outras causas de prognóstico de perda provável refere-se a mudança de classificação de um dos processos que a compunha para perda possível.

(ii) Contingências tributárias com perdas possíveis

Há, na Companhia, outros processos de natureza Federal, Estadual e Municipal que não estão provisionados por estarem classificados como perda possível por nossos consultores jurídicos, que acompanham o andamento dos processos em todas as instâncias. O valor dessas contingências corresponde a R\$ 68.163 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 64.263 em 31 de dezembro de 2023).

Desse montante, podemos destacar os seguintes processos:

Em agosto de 2018, a Companhia iniciou processo administrativo visando a homologação compensação/restituição de débitos de Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de perda dessa ação, razão pela qual não foi constituída provisão, cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 7.897 (R\$ 7.623 em 31 de dezembro de 2023).

Em dezembro de 2019, foi iniciado pela Companhia, processo administrativo requerendo a compensação de débitos próprios mediante o aproveitamento de crédito decorrente de saldo negativo de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, relativo ao ano-calendário de 2004, exercício de 2005. Os advogados da Companhia alteraram seu prognóstico classificando o mesmo como possível a probabilidade de perda dessa ação, que em 31 de dezembro de 2024 tem o valor atualizado de R\$ 11.182 (R\$ 10.816 em 31 de dezembro de 2023).

Em agosto de 2020, a Companhia iniciou processo administrativo, com a impugnação de um auto de infração, lavrado para exigência de multa relativa aos períodos de janeiro de 2015 a outubro de 2018, em decorrência de indicação de dados incorretos em arquivos da Escrituração Fiscal – EFD. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de perda dessa ação, razão pela qual não foi constituída provisão, cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 7.214 (R\$ 6.679 em 31 de dezembro de 2023).

Em julho de 2023, a Companhia iniciou processo administrativo, objetivando a impugnação de um auto de infração lavrado, baseado na suposta divergência entre as informações enviadas na Escrituração Fiscal – EFD comparadas Fiscais Eletrônicas (NF-e) recebidas. Os consultores jurídicos da Companhia estimam probabilidade de perda dessa ação como possível, motivo pelo qual não houve constituição provisória, o valor atualizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 6.019 (R\$ 5.807 em 31 de dezembro de 2023).

Os demais processos classificados como possíveis atualizados em 31 de dezembro de 2024 somam R\$ 9.369 (R\$ 7.886 em 31 de dezembro de 2023).

b. Contingências trabalhistas

As contingências trabalhistas referem-se a ações movidas por ex-empregados da Companhia e a ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas por responsabilidade solidária.

A quantidade dessas ações é demonstrada da seguinte forma:

	31/12/2024	31/12/2023
Quantidade de ações movidas por		
Ex-empregados CEG	39	43
Ex-empregados terceiros	477	608
Outros (Ministério Público, INSS)	2	03
	<u>518</u>	<u>654</u>

A tabela a seguir apresenta a composição da provisão dos processos trabalhistas:

	31/12/2024	31/12/2023
Ex-empregados CEG	9.737	6.543
Ex-empregados terceiros	44.213	33.173
	<u>53.950</u>	<u>39.716</u>

As reclamações trabalhistas classificadas como risco possível por parte da Companhia totalizam em 31 de dezembro de 2024 R\$ 33.563 (R\$ 80.786 em 31 de dezembro de 2023).

A Companhia, visando à redução das contingências trabalhistas atuais e futuras, está em busca constante de melhorias, tais como:

- (i) Melhoria do processo de contratação e gestão das atividades das empresas contratadas.
- (ii) Análise dos processos mais antigos e relevantes de ex-empregados da CEG e ex-empregados de empresas terceirizadas para propor acordos, visando à redução da contingência laboral e custos com os advogados.
- (iii) Contratação de empresa para realização de auditorias nas empresas terceirizadas e acompanhamento do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias.
- (iv) Realização de reuniões com as empresas terceirizadas que ainda prestam serviço para a CEG e possuem processos trabalhistas, para propor um trabalho conjunto de redução de contingências laborais.
- (v) Retenção das cauções das empresas terceirizadas para redução das provisões.
- (vi) Implantação do sistema de gestão da documentação de empresas terceiras (SERTRAS).

c. Contingências cíveis

As contingências cíveis provisionadas referem-se a ações movidas por terceiros contra a Companhia, em 31 de dezembro de 2024, essas causas totalizam R\$ 46.005 (R\$ 36.080 em 31 de dezembro de 2023). Com destaque individual do período comparativo, nos processos:

0011311-43.2024.8.19.0001 no valor de R\$ 5.899 referente a execução fiscal interposta pelo Estado do Rio de Janeiro, objetivando o recebimento do valor relativo à multa aplicada pela AGENERSA em decorrência de acidente com vítima fatal.

0075614-66.2024.8.19.0001 no valor de R\$ 5.918 referente a execução fiscal interposta pelo Estado do Rio de Janeiro, objetivando o recebimento do valor relativo à multa aplicada pela AGENERSA em decorrência de obra realizada no Condomínio IAPI da Penha.

Há, na Companhia, outros processos que não estão provisionados por estarem classificados como perda possível no valor de R\$ 51.792 (R\$ 50.474 em 31 de dezembro de 2023) por nossos consultores jurídicos, que acompanham o andamento dos processos. Com destaque para o processo 0129467-15.2009.8.19.0001, referente a discussão acerca do valor da margem aprovado na 2ª revisão tarifária, que representa, o valor de R\$ 35.617 da contingência total e o processo 0192859-26.2009.8.19.0001, referente a discussão acerca majoração de tarifas homologada pela AGENERSA na 2ª revisão tarifária, que representa, o valor de R\$ 6.937 da contingência total.

d. Contingências regulatórias

As contingências regulatórias provisionadas referem-se a ações movidas por terceiros contra a Companhia, em 31 de dezembro de 2024; essas causas totalizam R\$ 135 (R\$ 136 em 31 de dezembro de 2023).

Há, na Companhia, outros processos que não estão provisionados por estarem classificados como perda possível no valor de R\$ 47 (R\$ 4.529 em 31 de dezembro de 2023) por nossos consultores jurídicos, que acompanham o andamento dos processos. Não há destaque para o período comparativo, pois individualmente os processos não apresentam valores relevantes.

22 Informações por segmento

A Companhia atua, somente, no segmento de distribuição de Gás no Estado do Rio de Janeiro e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Desta maneira, a Administração acredita que sua demonstração de resultados, e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

A Administração analisa o desempenho da Companhia considerando as características do seu mercado consumidor e, dessa forma, subdivide o resultado de suas operações nos seguintes segmentos: mercado residencial (986.613 clientes pessoas físicas que possuem em seus domicílios equipamentos a gás natural como aquecedores e fogões), comercial (12.593 pequenos e médios estabelecimentos comerciais como restaurantes, bares, shopping centers e hotéis), industrial (229 indústrias de diversos setores como químico, fundição e siderurgia, vidros, bebidas entre outros), termoeletrico (4 usinas de geração de energia movidas a gás natural) e automotivo (576 postos de combustível de gás natural veicular GNV), todos localizados na área de concessão da Companhia, que compreende a região metropolitana do estado do Rio de Janeiro. Vale destacar que em nenhum de seus segmentos a Companhia possui um determinado cliente que individualmente represente 10% (dez por cento) de sua receita total, não havendo dependência com relação a um único cliente.

A composição da margem por segmento pode ser assim demonstrada:

Segmentos	Margem por segmento 2024						Total
	Residencial	Comercial	Industrial	Automotivo	Construção	Outras Receitas	
Volumes m ³ mil (Números não auditados)	111.108	53.517	356.331	759.101	-	1.055.067	2.335.124
Receita Bruta	1.427.785	433.816	1.409.627	2.747.479	176.403	231.269	6.426.379
Deduções	(286.061)	(88.206)	(279.437)	(564.276)	-	(46.329)	(1.264.309)
Receita Líquida	1.141.724	345.610	1.130.190	2.183.203	176.403	184.940	5.162.070
Custo	(388.831)	(162.268)	(987.915)	(2.016.685)	(176.403)	(11.211)	(3.743.313)
Resultado Bruto	752.893	183.342	142.275	166.518	-	173.729	1.418.757
Despesas/Receitas operacionais							(657.096)
Resultado antes da tributação							761.661
Provisão p/IR e Contribuição social							(234.906)
Lucro do Exercício							526.755

(*) As outras receitas têm a seguinte composição:

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas de serviços	196.691	190.714
Receitas de serviços taxados	34.362	7.938
Receita de aluguéis	215	277
	<u>231.268</u>	<u>198.929</u>

A Administração não efetua a gestão dos ativos e passivos da Companhia por segmento, motivo pelo qual não é apresentada a composição dessas informações.

**Companhia Distribuidora de
Gás do Rio de Janeiro S.A. – CEG**
Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Segmentos	Margem por segmento 2023						Total
	Residencial	Comercial	Industrial	Automotivo	Construção	Outras Receitas	
Volumes m ³ mil (Números não auditados)	113.212	57.894	403.900	882.974	-	796.481	2.254.461
Receita Bruta	1.479.013	458.251	1.537.279	2.943.927	195.264	198.929	6.812.663
Deduções	(295.436)	(93.273)	(302.184)	(489.811)	0	(29.753)	(1.210.457)
Receita Líquida	1.183.577	364.978	1.235.095	2.454.116	195.264	169.176	5.602.206
Custo	(382.516)	(168.886)	(1.071.899)	(2.174.483)	(195.264)	(12.601)	(4.005.649)
Resultado Bruto	801.061	196.092	163.196	279.633	0	156.575	1.596.557
Despesas/Receitas operacionais							(720.872)
Resultado antes da tributação							875.685
Provisão p/IR e Contribuição social							(278.742)
Lucro do exercício							596.943

23 Receita líquida

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

Demonstração da receita líquida

	2024	2023
Venda de gás (a)	6.018.708	6.418.470
Contratos de construção	176.403	195.264
Outras receitas (b)	231.268	198.929
Total receita bruta	<u>6.426.379</u>	<u>6.812.663</u>
(-) ICMS	(722.924)	(751.782)
(-) ISS	(5.547)	(6.088)
(-) PIS	(90.825)	(75.926)
(-) COFINS	(420.142)	(349.721)
(-) Taxa de regulação	(24.871)	(26.940)
Total de deduções	<u>(1.264.309)</u>	<u>(1.210.457)</u>
Receita líquida	<u>5.162.070</u>	<u>5.602.206</u>

(a) A variação é decorrente do reajuste do custo do gás com base no IGP-M.

(b) É constituído principalmente pela receita de ATR (Acesso de Terceiros à Rede), em que o cliente remunera a passagem do gás pela rede, pois a aquisição do gás é negociada com a Petrobras. Ademais, a variação comparativa se refere a inclusão de novos clientes ao mercado livre (Gerdau e Ternium).

24 Custo do serviço

	2024	2023
Compra de gás e de serviços	(3.416.163)	(3.662.815)
Custo dos contratos de construção	(176.403)	(195.274)
Custo de pessoal	(24.743)	(27.916)
Custo de amortização do intangível	(126.004)	(119.644)
	<u>(3.743.313)</u>	<u>(4.005.649)</u>

25 Compromissos

25.1 Fornecedor de gás

Em 31 de outubro de 2023, foram celebrados 4 contratos de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, com redução de Quantidade Diária Contratual para 4.300.000m³/dia (01/12/2023 a 31/12/2028) e para 2.924.000 m³/dia (01/01/2029 a 31/12/2034). Nos referidos Contratos, a Ceg se compromete, a partir de 01/12/2023:

- A retirar da Petrobras na média diária do referido mês, o correspondente a 90% da QDC - compromisso Retirada Mínima Mensal (RMM);

- A contratar a capacidade de transporte mensal correspondente a 100% da QDC.

No primeiro semestre de 2024 foram celebrados os seguintes aditamentos ao contrato de suprimento:

- O Aditivo N° 1, instituiu novo preço que se aplicará nos anos de 2024 e 2025 aos contratos NMG 2023-2034, NMG 2024-2032, NMG 2024-2030 e NMG 2024-2028, sendo este de 11%

do Brent para o volume que superar 60% da QDC. Como contrapartida, a Distribuidora celebrou a contratação de volume adicional de 315 mil m³/dia de 2029 até 2034 em contrapartida à implementação do novo mecanismo de preço implementado;

- O Aditivo N° 2, instituiu a redução das Quantidades Diárias Contratuais (QDC) em decorrência da migração de consumidor cativo para o mercado livre de gás natural nos volumes totais de 100 mil m³/dia em 16/06/2024 e 178 mil m³/dia em 01/10/2024, cumprindo os termos do contrato.

- O Aditivo N° 3, celebrado em 17 de dezembro de 2024, aos contratos de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, onde acordou-se um novo preço para a molécula de gás natural (10%), que será aplicado entre o consumo de 90% e 115% da QDC, no período entre 01/01/2025 até 31/12/2026.

Em 2024, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 58.216 referentes ao volume de 29.314.890 m³ de gás pagos e não retirados, decorrentes do compromisso de Retirada Mínima Mensal (RMM) no período de janeiro a novembro de 2024 dos contratos firmados. Deste montante, foram recuperados R\$ 5.415, referentes ao volume de 2.540.940 m³. Assim sendo, o saldo em 31 de dezembro de 2024, é de R\$ 52.801 a ser recuperado nos próximos 12 meses.

A recuperação poderá ser realizada de forma mensal durante a vigência de cada contrato e, após o término do contrato, diariamente durante o período de até 120 dias, considerando ainda os eventuais critérios e prorrogações contratuais.

25.2 Revisão tarifária (RTI)

4ª Revisão Tarifária

No 2º semestre de 2017, a Companhia enviou à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro - AGENERSA a proposta de revisão tarifária (4ª Revisão Quinquenal Tarifária), conforme determina a cláusula sétima do contrato de concessão firmado entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro em 21 de julho de 1997. Posteriormente, em 28/09/18 e em 19/11/18, foram enviados Relatórios Complementares da 4ª Revisão Quinquenal de Tarifas, visando adequar ao cenário mais atual e ainda atender à solicitação do Poder Concedente.

Em 10 de março de 2021, a Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – AGENERSA realizou sessão regulatória pública, de forma on-line, para julgamento do processo referente à 4ª revisão quinquenal tarifária (quinquênio 2018-2022).

Em 24/03/21 foi publicada a Deliberação AGENERSA n° 4.198/2021 com os resultados da 4ª Revisão Quinquenal de Tarifas da CEG. A referida Deliberação imputou à Companhia uma redução de 13,5% em sua margem tarifária com vigência a partir de 01 de abril de 2021. Posteriormente, em 29/03/21, a AGENERSA publicou a suspensão dos efeitos e prazos da referida Deliberação e em 14/06/21, a AGENERSA publicou sua decisão por manter os efeitos suspensos da referida Deliberação, reestabelecendo os prazos processuais, permitindo a interposição dos Embargos Declaratórios.

Em 12/04/22 foi publicada a Deliberação AGENERSA nº 4.407, a qual nega provimento aos Embargos de Declaração interpostos pela Concessionária, tendo a Concessionária interposto Recurso Administrativo em 25/04/2022 e desta forma os efeitos da Deliberação AGENERSA nº 4.198/2021 foram suspensos.

Havia também ação judicial anulatória interposta pela Companhia contra a AGENERSA que visava anular Deliberações da Agência que davam interpretações equivocadas ao Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, cuja aplicação teria impactos diretos na definição da 4ª revisão tarifária. Nesse sentido, a Companhia deu início a uma proposta de mediação do tema junto a AGENERSA e a Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro.

Como resultado do processo de mediação, as partes chegaram a um acordo, com concessões mútuas e recíprocas, onde se definiu a aplicação do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, inclusive, com a definição de que a outorga paga seria considerada como ativo indenizável, cuja metodologia de pagamento será definida até o último ano da 5ª revisão tarifária.

Como consequência, em 14.11.2024, a AGENERSA julgou o recurso administrativo interposto pela Companhia, encerrando a 4ª revisão tarifária sem alteração tarifária, tendo em vista que o ciclo se encerrou em 2022 e remetendo o saldo apurado na Deliberação da AGENERSA, de R\$297.000 (apurado em dez/21), para consideração no fluxo econômico-financeiro da 5ª revisão tarifária.

Em 13.12.2024 o acordo foi assinado pela Companhia e pelo Poder Concedente, tendo sido homologado na ação anulatória supracitada em 09.01.2025.

Tendo em vista o acordo firmado permitindo que a Companhia recupere o valor supra citado, devidamente adicionado ao fluxo de caixa que será definido na 5ª revisão tarifária, com base nas entregas futuras de gás para os seus clientes, o mesmo não se qualifica na definição de um ativo intangível e como não há o direito contratual de receber dinheiro ou outros ativos financeiros em 31 de dezembro de 2024, o direito legal de adicionar o referido montante no fluxo de caixa revisional no futuro não foi suficiente para satisfazer a definição de um ativo, não tendo sido reconhecido.

Considerações sobre a 5ª RTI

Em 30/09/2022, como parte do processo de 5ª Revisão Quinquenal de Tarifas (2023-2027), e em conformidade com o Ofício AGENERSA/SCEXEC SEI Nº698/2022, a Concessionária entregou a Proposta de Taxa de Remuneração de Capital, bem como a Base Inicial de Remuneração de Ativos.

Em 27/09/2022, através do Ofício AGENERSA/SCEXEC Nº1002, fica estabelecido que a entrega do Plano de Negócios de 5ª Revisão Quinquenal de Tarifas (2023-2027), pela Concessionária, deverá ser realizado após Deliberação do Regulador sobre Taxa de Remuneração.

26 Despesas de vendas, gerais e administrativas

	2024	2023
Despesa de pessoal (a)	(70.728)	(73.096)
Serviços profissionais e contratados (b)	(123.562)	(115.131)
Amortização do intangível	(35.311)	(29.733)
Serviços e outros gastos	(62.113)	(55.401)
Provisões (reversões) líquidas contingências	(11.848)	8.498
Serviços de manutenção	(56.941)	(53.572)
Utilidades, materiais e serviços	(20.147)	(21.367)
Despesa de atividades comerciais (c)	(2.586)	(2.428)
Entidade de previdência privada	1.855	(749)
Perda (recuperação) de crédito (c)	(50.521)	(71.613)
Provisão para perdas de crédito esperada (c)	(39.960)	(106.572)
	<u>(471.862)</u>	<u>(521.164)</u>

(a) Inclui principalmente despesas com pessoal administrativo.

(b) O saldo contido na referida conta refere-se substancialmente aos serviços operacionais como cobrança, teleatendimento, entrega de fatura e leitura de medidores, comercialização e atendimento ao cliente. Adicionalmente, existem outros serviços corporativos, como serviços e licenças vinculados à tecnologia da informação e segurança.

(c) Composição das despesas com vendas da DRE. A variação apresentada refere-se, substancialmente, a menor constituição da PCE (perdas de crédito estimadas) reconhecida neste exercício.

27 Outras receitas e despesas, líquidas

	2024	2023
Impostos e taxas (a)	(32.113)	(29.804)
Indenização a terceiros	(14.334)	(11.813)
Recuperação/despesa com impostos	(327)	(137)
Penalidade por desvio de programação	4.566	6.170
Outras receitas operacionais	59	2.859
Outras despesas operacionais	(3.905)	(5.316)
	<u>(46.054)</u>	<u>(38.041)</u>

(a) Com a finalidade de manutenção do equilíbrio das finanças públicas, o Governo do Estado do Rio de Janeiro instituiu o Fundo Orçamentário Temporário (FOT). A referida legislação foi regulamentada e publicada no Diário Oficial do Estado em dezembro de 2019.

28 Resultado financeiro

	2024	2023
Receitas financeiras		
Rendas sobre aplicações financeiras	42.027	41.827
Receita de juros e encargos	23.582	11.694
Atualizações monetárias	23.850	33.393
AVP – Juros de empréstimos	(1.445)	(2.105)
Outras receitas financeiras	9.281	4.151
	<u>97.295</u>	<u>88.960</u>
Despesas financeiras		
Juros de empréstimo	(142.434)	(171.396)
IOF	(27)	(971)
Atualizações monetárias contingências	(28.368)	(40.006)
Atualizações monetárias	(57.421)	(35.486)
Fiança bancária	(15.228)	(13.981)
Capitalização de juros de empréstimos	6.817	9.878

**Companhia Distribuidora de
Gás do Rio de Janeiro S.A. – CEG**
Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

AVP – Juros de empréstimos	3.801	2.742
Outras despesas financeiras	(3.615)	(1.407)
	(236.475)	(250.627)
	(139.180)	(161.667)

29 Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Ramos	Vigência das apólices	Em milhares Importâncias seguradas
Risco operacional	29/10/2024 a 29/10/2025	643.750
Responsabilidade civil geral	29/10/2024 a 29/10/2025	772.500
Responsabilidade civil - administradores - diretores e dirigentes	29/10/2024 a 29/10/2025	100.000

Katia Brito Repsold
Diretora-Presidente

Marcio Gomes Vargas
Diretor Econômico-Financeiro e de RI

Emerson de Pontes Sales
Contador CRC-110288/O-9 RJ